



República Federativa do Brasil DO CONGRESSO NACIONAL

ANO XLVII — Nº 44

QUINTA-FEIRA, 15 DE OUTUBRO DE 1992

BRASILIA — DF

CONGRESSO NACIONAL

SUMÁRIO

- 1 — ATA DA 42^a SESSÃO CONJUNTA, EM 14 DE OUTUBRO DE 1992
1.1 — ABERTURA
1.1.1 — Questão de Ordem
— Levantada pelo Sr. Pedro Tonelli e acolhida pela Presidência, relativamente à inexistência de *quorum* para o prosseguimento da sessão.
1.2 — ENCERRAMENTO
2 — ATA DE COMISSÃO

Ata da 42^a Sessão Conjunta, em 14 de outubro de 1992

2^a Sessão Legislativa Ordinária, da 49^a Legislatura

Presidência do Sr. Dirceu Carneiro

AS 20 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS.
SENADORES:

Affonso Camargo — Albano Franco — Alfredo Campos — Almir Gabriel — Aluizio Bezerra — Amir Lando — Antonio Mariz — Aureo Mello — Bello Parga — Beni Veras — Carlos Patrocínio — César Dias — Chagas Rodrigues — Cid Saboia de Carvalho — Coutinho Jorge — Darcy Ribeiro — Dario Pereira — Dirceu Carneiro — Divaldo Suruagy — Eduardo Suplicy — Elcio Álvares — Esperidião Amin — Epitácio Cafeteira — Flaviano Melo — Francisco Rolemberg — Garibaldi Alves Filho — Gerson Camata — Guilherme Palmeira — Henrique Almeida — Hugo Napoleão — Humberto Lucena — Hydekel Freitas — Iram Saraiva — Irapuan Costa Júnior — Jarbas Passarinho — João Calmon — João França — João Rocha — Jonas Pinheiro — Josaphat Marinho — José Eduardo — José Fogaça — José Richa — José Sarney — Júnia Marise — Jutahy Magalhães — Lavoisier Maia — Levy Dias — Louremberg Nunes Rocha — Lourival Bap-

tista — Lucídio Portella — Magno Bacelar — Mansueto de Lavor — Márcio Lacerda — Marco Maciel — Mário Covas — Marlucce Pinto — Mauro Benevides — Meira Filho — Moisés Abrão — Nabor Júnior — Nelson Carneiro — Nelson Wedekin — Ney Maranhão — Odacir Soares — Onofre Quinan — Pedro Simon — Pedro Teixeira — Raimundo Lira — Ronaldo Aragão — Ronan Tito — Ruy Bacelar — Teotonio Vilela Filho — Valmir Campelo — Wilson Martins.

E OS SRS. DEPUTADOS:

RORAIMA

FRANCISCO RODRIGUES
JOAO FAGUNDES
JULIO CABRAL
RUBEN BENITO

PTB
PMDB
PTR
BLOCO

EXPEDIENTE

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

MANOEL VILELA DE MAGALHÃES
Diretor-Geral do Senado Federal
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor Executivo
CARLOS HOMERO VIEIRA NINA
Diretor Administrativo
LUIZ CARLOS BASTOS
Diretor Industrial
FLORIAN AUGUSTO COUTINHO MADRUGA
Diretor Adjunto

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL
Impresso sob responsabilidade da Mesa do Senado Federal.

ASSINATURAS

Semestral Cr\$ 70.000,00

Tiragem 1.200 exemplares

AMAPA

AROLDO GOES
FATIMA PELAES
GILVAM BORGES
LOURIVAL FREITAS
MURILLO PINHEIRO
VALDENOR GUEDES

PDT
BLOCO
PMDB
PT
BLOCO
PTR

JOAO MAIA
RONIVON SANTIAGO
ZILZA BEZERRA

PTR
BLOCO
PMDB

PARA'

ALACID NUNES
DOMINGOS JUVENIL
ELIEL RODRIGUES
GIOVANNI QUEIROZ
HERMINIO CALVINHO
PAULO ROCHA
SOCORRO GOMES

BLOCO
PMDB
PMDB
PDT
PMDB
PT
PCdoB

TOCANTINS

DERVAL DE PAIVA
EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS
FREIRE JUNIOR
HAGAHUS ARAUJO
LEOMAR QUINTANILHA

PMDB
PDC
BLOCO
PMDB
PDC

AMAZONAS

ATILA LINS
BETH AZIZE
EULER RIBEIRO
EZIO FERREIRA
PAUDERNEY AVELINO

BLOCO
PDT
PMDB
BLOCO
PDC

MARANHAO

CESAR BANDEIRA
CID CARVALHO
FRANCISCO COELHO
HAROLDO SABOIA
JAYME SANTANA
JOAO RODOLFO
JOSE BURNETT
JOSE CARLOS SABOIA
JOSE REINALDO
NAN SOUZA
PAULO MARINHO
PEDRO NOVAIS
ROSEANA SARNEY

BLOCO
PMDB
PDC
PT
PSDB
PDS
BLOCO
PSB
BLOCO
PST
BLOCO
PDC
BLOCO

RONDONIA

ANTONIO MORIMOTO
CARLOS CAMURCA
REDITARIO CASSOL

PTB
PTR
PTR

CEARA

AECIO DE BORBA
ARIOSTO HOLANDA
EDSON SILVA
ERNANI VIANA
ETEVALDO NOGUEIRA
GONZAGA MOTA
JACKSON PEREIRA

PDS
PSB
PDT
PSDB
BLOCO
PMDB
PSDB

ACRE

ADELAIDE NERI
FRANCISCO DIOGENES

PMDB
PDS

JOSE LINHARES	PSDB	RENILDO CALREIROS	PCdoB
LUIZ GIRAO	PDT	RICARDO FIUZA	BLOCO
LUIZ PONTES	PSDB	ROBERTO FRANCA	PSB
MARCO PENAFORTE	PSDB	ROBERTO FREIRE	PCB
MAURO SAMPAIO	PSDB	ROBERTO MAGALHAES	BLOCO
ORLANDO BEZERRA	BLOCO	SALATIEL CARVALHO	PTR
PINHEIRO LANDIM	PMDB	WILSON CAMPOS	PMDB
SERGIO MACHADO	PSDB		
UBIRATAN AGUIAR	PMDB		
VICENTE FIALHO	BLOCO		
		ALAGOAS	
PIAUI		JOSE THOMAZ NONO	PMDB
		MENDONCA NETO	PDT
		ROBERTO TORRES	PTB
		VITORIO MALTA	PDS
B. SA	PTR		
CIRO NOGUEIRA	BLOCO		
FELIPE MENDES	PDS	SERGIPE	
JESUS TAJRA	BLOCO	CLEONANCIO FONSECA	BLOCO
JOAO HENRIQUE	PMDB	JERONIMO REIS	BLOCO
JOSE LUIZ MAIA	PDS	MESSIAS GOIS	BLOCO
PAES LANDIM	BLOCO		
PAULO SILVA	PSDB		
		BAHIA	
RIO GRANDE DO NORTE		ALCIDES MODESTO	PT
		ANGELO MAGALHAES	BLOCO
ALUIZIO ALVES	PMDB	HERALDO BOAVENTURA	PDT
IRENE FERREIRA	BLOCO	CLOVIS ASSIS	PDT
JOAO FAUSTINO	PSDB	ERALDO TINOCO	BLOCO
		GEDDEL VIEIRA LIMA	PMDB
		GENERALDO CORREIA	PMDB
		HAROLDO LIMA	PCdoB
PARAIBA		JAIRO AZI	PDC
		JAIRO CARNEIRO	BLOCO
EFRAIM MORAIS	BLOCO	JOAO ALMEIDA	PMDB
IVAN BURITY	BLOCO	JOAO ALVES	PDS
IVANDRO CUNHA LIMA	PMDB	JONIVAL LUCAS	PDC
JOSE LUIZ CLEROT	PMDB	JOSE CARLOS ALELUIA	BLOCO
RIVALDO MEDEIROS	BLOCO	JOSE FALCAO	BLOCO
ZUCA MOREIRA	PMDB	JOSE LOURENCO	PDS
		LEUR LOMANTO	BLOCO
		LUIS EDUARDO	BLOCO
PERNAMBUCO		LUIZ MOREIRA	PTB
		LUIZ VIANA NETO	S/P
FERNANDO BEZERRA COELHO	PMDB	NESTOR DUARTE	PMDB
GILSON MACHADO	BLOCO	PEDRO IRUJO	BLOCO
INOCENCIO OLIVEIRA	BLOCO	PRISCO VIANA	PDS
JOSE CARLOS VASCONCELLOS	BLOCO	RIBEIRO TAVARES	PL
JOSE MENDONCA BEZERRA	BLOCO	SERGIO BRITO	PDC
JOSE MOURA	BLOCO	SERGIO GAUDENZI	PDT
JOSE MUCIO MONTEIRO	BLOCO	TOURINHO DANTAS	BLOCO
MAURILIO FERREIRA LIMA	PMDB	UBALDO DANTAS	PSDB
MAVIAEL CAVALCANTI	BLOCO	ULDURICO PINTO	PSB
MIGUEL ARRAES	PSB		
NILSON GIBSON	PMDB		
PEDRO CORREA	BLOCO		

MINAS GERAIS		PAULO RAMOS		PDT
AGOSTINHO VALENTE	PT	SANDRA CAVALCANTI		BLOCO
ALOISIO VASCONCELOS	PMDB	SERGIO AROUCA		PCB
ARMANDO COSTA	PMDB	SERGIO CURY		PDT
AVELINO COSTA	PL	SIDNEY DE MIGUEL		PV
CELIO DE CASTRO	PSB	SIMAO SESSIM		BLOCO
ELIAS MURAD	PSDB	VLADIMIR PALMEIRA		PT
FELIPE NERI	PMDB	SAO PAULO		
FERNANDO DINIZ	PMDB	ALBERTO GOLDMAN		PMDB
GENESIO BERNARDINO	PMDB	ALDO REBELO		PCdoB
HUMBERTO SOUTO	BLOCO	ANTONIO CARLOS MENDES THAME		PSDB
ISRAEL PINHEIRO	PRS	BEBETTO HADDAD		PIR
JOAO PAULO	PT	CARDOSO ALVES		PTB
JOAO ROSA	BLOCO	CUNHA BUENO		PDS
JOSE ALDO	PRS	EUCLYDES MELLO		BLOCO
JOSE GERALDO	PMDB	FABIO FELDMANN		PSDB
JOSE SANTANA DE VASCONCELLOS	BLOCO	GASTONE RIGHI		PTB
MARCOS LIMA	PMDB	GERALDO ALCKMIN FILHO		PSDB
ODELMO LEAO	BLOCO	HEITOR FRANCO		BLOCO
OSMANIO PEREIRA	PSDB	HELIO BICUDO		PT
PAULO ROMANO	BLOCO	JOSE DIRCEU		PT
SERGIO NAYA	PMDB	JOSE GENOINO		PT
TILDEN SANTIAGO	PT	KOYU IHA		PSDB
VITTORIO MEDIOLI	PSDB	LIBERATO CABOCLO		PDT
WILSON CUNHA	PTB	LUIZ GUSHIKEN		PT
ZAIRE REZENDE	PMDB	MANOEL MOREIRA		PMDB
ESPIRITO SANTO		MARCELINO ROMANO MACHADO		PDS
JONES SANTOS NEVES	PL	NELSON MARQUEZELLI		PTB
JORIO DE BARROS	PMDB	PEDRO PAVAC		PDS
RITA CAMATA	PMDB	RICARDO IZAR		PL
ROBERTO VALADAO	PMDB	ROBERTO ROLLEMBERG		PMDB
RIO DE JANEIRO		TIDEI DE LIMA		PMDB
ALDIR CABRAL	PTB	TUGA ANGERAMI		PSDB
AROLDE DE OLIVEIRA	BLOCO	VADAO GOMES		BLOCO
ARTUR DA TAVOLA	PSDB	VALDEMAR COSTA		PL
CYRO GARCIA	PT	MATO GROSSO		
FABIO RAUNHEITTI	PTB	JOAQUIM SUCENA		PTB
FLAVIO PALMIER DA VEIGA	BLOCO	JONAS PINHEIRO		BLOCO
FRANCISCO DORNELLES	BLOCO	RODRIGUES PALMA		PTB
FRANCISCO SILVA	PST	DISTRITO FEDERAL		
JAIR BOLSONARO	PDC	AUGUSTO CARVALHO		PCB
JANDIRA FEGHALI	PCdoB	BENEDITO DOMINGOS		PTR
LAERTE BASTOS	PDT	CHICO VIGILANTE		PT
LUIZ SALOMAO	PDT	EURIDES BRITO		PTR
MIRO TEIXEIRA	PDT	MARIA LAURA		PT
NELSON BORNIER	PL	OSORIO ADRIANO		BLOCO
PAULO DE ALMEIDA	PTB			

PAULO OCTAVIO	BLOCO	ARNO MAGARINOS	BLOCO
SIGMARINGA SEIXAS	PSDB	CARLOS AZAMBUJA	PDS
		CARRION JUNIOR	PDT
GOIAS		CELSO BERNARDI	PDS
		EDEN PEDROSO	PDT
ANTONIO DE JESUS	PMDB	FETTER JUNIOR	PDS
ANTONIO FALEIROS	PSDB	GERMANO RIGOTTO	PMDB
DELIO BRAZ	BLOCO	IBSEN PINHEIRO	PMDB
JOAO NATAL	PMDB	IVO MAINARDI	PMDB
LAZARO BARBOSA	PMDB	JOAO DE DEUS ANTUNES	PDS
LUIZ SOYER	PMDB	JORGE UEQUED	PSDB
PEDRO ABRAO	PTB	JOSE FORTUNATI	PT
VIRMONDES CRUVINEL	PMDB	LUIS ROBERTO PONTE	PMDB
		MENDES RIBEIRO	PMDB
MATO GROSSO DO SUL		NELSON JOBIM	PMDB
		NELSON PROENCA	PMDB
JOSE ELIAS	PTB	ODACIR KLEIN	PMDB
VALTER PEREIRA	PMDB	OSVALDO BENDER	PDS
		RAUL PONT	PT
PARANA		TEIMO KIRST	PDS
		VALDOMIRO LIMA	PDT
ANTONIO BARBARA	BLOCO	VICTOR FACCIONI	PDS
ANTONIO UENO	BLOCO	WILSON MULLER	PDT
DELCINO TAVARES	PST		
EDESIO PASSOS	PT		
FLAVIO ARNS	PSDB		
IVANIO GUERRA	BLOCO		
JONI VARISCO	PMDB		
LUCIANO PIZZATTO	BLOCO		
LUIZ CARLOS HAULY	PST		
MAX ROSENmann	BLOCO		
MUNHOZ DA ROCHA	PSDB		
ONAIROEVES MOURA	PTB		
PEDRO TONELLI	PT		
REINHOLD STEPHANES	BLOCO		
RENATO JOHNSON	S/P		
RUBENS BUENO	PSDB		
WERNER WANDERER	BLOCO		
SANTA CATARINA			
ANGELA AMIN	PDS		
CESAR SOUZA	BLOCO		
DEJANDIR DALPASQUALE	PMDB		
DERCIO KNOP	PDT		
JARVIS GAILDZINSKI	PL		
NELSON MORRO	BLOCO		
ORLANDO PACHECO	BLOCO		
PAULO DUARTE	BLOCO		
RIO GRANDE DO SUL			
ADROALDO STRECK	PSDB		
AMAURY MULLER	PDT		

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — As listas de presença acusam o comparecimento de 75 Srs. Senadores e 286 Srs. Deputados.

Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.
Não há horadores inscritos.

O Sr. Pedro Tonelli — Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Concedo a palavra a V. Ex^a

O SR. PEDRO TONELLI (PT — PR. Pela ordem.) — Sr. Presidente, é visível a falta de **quorum**. Assim, requeiro o cumprimento do art. 28 do Regimento Comum, que dispõe ser necessária a presença de um sexto de Parlamentares em plenário.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — É regimental o requerimento de V. Ex^a Efetivamente, não existe um sexto dos Srs. Senadores e Srs. Deputados em plenário.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 20 horas e 5 minutos.)

ATA DE COMISSÃO

COMISSÃO MISTA

Destinada a examinar o Requerimento nº 445, de 1991-CN, do Senhor Senador Mansueto de Lavor, solicitando o cumprimento do art. 26 da Lei nº 8.167, de 16 de janeiro de 1991, que determina a criação de uma Comissão Mista do Congresso Nacional destinada a reavaliar os incentivos fiscais, propondo medidas corretivas à luz de suas conclusões,

**7ª Reunião, realizada em 18 de maio de 1992
(Audiência Pública)**

Aos dezoito dias do mês de maio de mil novecentos e noventa e dois, às nove horas, no Hotel Maksud Plaza, em São Paulo, reuniu-se em audiência pública a Comissão Mista acima especificada, presentes os Senhores Congressistas: Senadores Mansueto de Lavor, Jonas Pinheiro, Lavoisier Maia, Beni Veras, Raimundo Lira, Albano Franco, Elcio Álvares, Ney Maranhão, Deputados Sérgio Machado, Benito Gama, José Maranhão, João Rodolfo, Carlos Caiado, José Luiz Maia e Ricardo Corrêa. Havendo número regimental o Senhor Presidente dá como abertos os trabalhos da Comissão e solicita a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é considerada aprovada, em seguida convida parlamentares para que introduza no recinto, sua Excelência o Ministro Ângelo Calmon de Sá, que por sinal é o Relator da Comissão que estuda os desequilíbrios regionais, o Senador Elcio Álvares e o Senador Ney Maranhão. Estão confirmadas as presenças, do Deputado José Múcio Monteiro, que é o nosso Relator; do Deputado Benito Gama; do Deputado Pedro Irujo; do Deputado José Maranhão; do Deputado João Rodolfo; do Deputado Carlos Caiado; do Deputado Sérgio Machado, que é o nosso Vice-Presidente; do Deputado José Luiz Maia e do Deputado Ricardo Corrêa. Confirmada as presenças, também, do empresariado e do Senador Albano Franco, que é o Presidente da CNI; do Dr. Mário Amato, Presidente da Fiesp; do Dr. Josef Cury, Presidente do CIP; os três Presidentes das associações de empresários das áreas incentivadas, o Dr. Roberto Paranhos, do Rio Branco, Presidente da Associação dos Empresários da Amazônia — a quem agradecemos todo o apoio prestado, aqui em São Paulo, aos nossos trabalhos —, o Dr. Savio Vieira, Presidente da Agropene, Associação dos Empresários da Agropecuária do Nordeste, e o Dr. André Luiz Lima, Presidente da Apene, Associação dos Empresários da Área do Nordeste.

INTÉGRA DOS APANHAMENTOS TAQUIGRÁFICOS DA SÉTIMA REUNIÃO, REALIZADA EM 18 DE MAIO DE 1992, DESTINADA A EXAMINAR O REQUERIMENTO nº 445, DE 1991-CN, DO SENHOR SENADOR MANSUETO DE LAVOR, SOLICITANDO O CUMPRIMENTO DO ART. 26 DA LEI nº 8.167, DE 16 DE JANEIRO DE 1991, QUE DETERMINA A CRIAÇÃO DE UMA COMISSÃO MISTA DO CONGRESSO NACIONAL DESTINADA A REAVALIAR OS INCENTIVOS FISCAIS, PROPOONDO MEDIDAS CORRETIVAS À LUZ DE SUAS CONCLUSÕES. PUBLICADA COM A DEVIDA AUTORIZAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE.

Presidente: Senador Mansueto de Lavor
Vice-Presidente: Deputado Sérgio Machado
Relator: Deputado José Múcio Monteiro

O SR. PRESIDENTE (Mansueto de Lavor) —Está aberta a reunião.

Convido o Deputado José Múcio Monteiro, Relator da Comissão Mista de Reavaliação dos Incentivos Fiscais, para fazer parte da Mesa; e o Deputado Sérgio Machado, Vice-Presidente da Comissão Mista de Incentivos Fiscais.

Antes da entrada do Sr. Ministro designarei uma Comissão daqui a pouco para introduzi-lo nesse recinto — eu gostaria

de informar a todos os presentes que confirmo a presença do Ministro Ângelo Calmon de Sá; do Dr. Elionaldo Magalhães, Superintendente da Sudene; do Dr. Jorge Lins Freire, Presidente do BNB; do Sr. Alcyr Boris de Souza Meira, Superintendente da Sudam; do Dr. Luiz Carlos Delbem Leite, Secretário de Ciência e Tecnologia de São Paulo; do Sr. Luiz Lobão, representante do Presidente do Basa e gerente dos Incentivos Fiscais; do Dr. Cláudio Ferraz de Alvarenga, Secretário de Estado do Governo de São Paulo e representante do Governo Fleury; do Dr. Marcondes Zani, representante do Estado do Amazonas. Os Senadores presentes são, além do Presidente desta Comissão, o Senador Albano Franco, o Senador Raimundo Lira, o Senador Lavoisier Maia, o Senador Jonas Pinheiro, o Senador Beni Veras, que por sinal é o Relator da Comissão que estuda os desequilíbrios regionais, o Senador Elcio Álvares e o Senador Ney Maranhão. Estão confirmadas as presenças, do Deputado José Múcio Monteiro, que é o nosso Relator; do Deputado Benito Gama; do Deputado Pedro Irujo; do Deputado José Maranhão; do Deputado João Rodolfo; do Deputado Carlos Caiado; do Deputado Sérgio Machado, que é o nosso Vice-Presidente; do Deputado José Luiz Maia e do Deputado Ricardo Corrêa. Confirmada as presenças, também, do empresariado e do Senador Albano Franco, que é o Presidente da CNI; do Dr. Mário Amato, Presidente da Fiesp; do Dr. Josef Cury, Presidente do CIP; os três Presidentes das associações de empresários das áreas incentivadas, o Dr. Roberto Paranhos, do Rio Branco, Presidente da Associação dos Empresários da Amazônia — a quem agradecemos todo o apoio prestado, aqui em São Paulo, aos nossos trabalhos —, o Dr. Savio Vieira, Presidente da Agropene, Associação dos Empresários da Agropecuária do Nordeste, e o Dr. André Luiz Lima, Presidente da Apene, Associação dos Empresários da Área do Nordeste.

Eu gostaria de compor a Mesa, convidando antes uma Comissão de Srs. Senadores e Deputados para introduzir no recinto, S. Ex^a o Ministro Ângelo Calmon de Sá, que falará na abertura dessa reunião, que é uma audiência pública da Comissão Mista do Congresso Nacional, que reavalia os incentivos fiscais regionais. Designo, portanto, o Senador Jonas Pinheiro, o Senador Lavoisier Maia, o Deputado José Luiz Maia e o Deputado João Rodolfo para introduzirem no recinto o Exm^o Sr. Ângelo Calmon de Sá, Ministro-Chefe da Secretaria do Desenvolvimento Regional. (Pausa.)

Para compor a Mesa, convidamos o Exm^o Sr. Presidente da Confederação Nacional da Indústria e membro da nossa Comissão, o Dr. Elionaldo Magalhães, Superintendente da Sudene; o Dr. Alcyr Meira, Superintendente da Sudam; o Dr. Jorge Lins Freire, Presidente do BNB; o Sr. Luiz Lobão, representante do Presidente do Basa e Diretor de Incentivos Fiscais do Banco da Amazônia S.A.; e o Dr. Josef Cury, Presidente do CIP, de São Paulo.

Minhas senhoras e meus senhores, temos a honra de dar início aos trabalhos da audiência pública, da Comissão Mista criada mediante o Requerimento nº 445, de 1991, para avaliação dos incentivos fiscais e regionais. Essa Comissão Mista do Congresso Nacional decorre de um impositivo legal, o art. 26, da Lei nº 8.173, que assim dispõe:

“Até 12 meses após o início da legislatura, a iniciar-se em 1991, a Comissão Mista do Congresso Nacional reavaliará os incentivos fiscais e regionais, propondo as medidas corretivas à luz de suas conclusões.”

Esta Comissão vem trabalhando desde novembro do ano passado, esta é a segunda audiência pública realizada; a pri-

meira foi no recinto da Associação Comercial de Pernambuco e a segunda audiência pública é aqui em São Paulo.

A finalidade dessa audiência pública, como das que já realizamos e de outras que vamos realizar é uma aproximação mais direta entre os diversos segmentos interessados nos objetivos da nossa Comissão Mista do Congresso Nacional.

Aqui estão três segmentos importantes, a Comissão e os integrantes da Comissão, representando o Poder Legislativo, o Congresso Nacional; o Sr. Ministro Ângelo Calmon de Sá, Ministro da SDR e seus superintendentes regionais e presidentes de bancos regionais representando o Poder Executivo, e o empresariado brasileiro, que realmente tem sido o parceiro desses incentivos fiscais durante o desenrolar desses 30 anos de experiência no Nordeste e no Norte do País.

Então, numa audiência pública, num recinto fora do Congresso Nacional, onde as coisas podem ocorrer sem aquela formalidade regimental, temos a oportunidade de promover a aproximação entre o Poder Executivo, aqui representado pelo Sr. Ministro Ângelo Calmon de Sá; o Poder Legislativo que realmente patrocina essa audiência pública, que faz parte dos seus trabalhos, portanto, dos Anais do Congresso Nacional; e o empresariado brasileiro, aqui representado pelos senhores e pelas senhoras.

Haverá aqui uma troca de informações, procurando levar à opinião pública brasileira e, sobretudo, ao relator da Comissão Mista, a verdadeira realidade dos incentivos fiscais. E se essa comissão chegar à conclusão de que é preciso haver alterações, não tenhamos dúvida de que a legislação atual, que é a Lei nº 8.167, será alterada, visando o aperfeiçoamento desses instrumentos importantes para a superação dos desequilíbrios regionais.

É preciso citar que o Congresso Nacional também trabalha em cima do fortalecimento e do desenvolvimento das regiões, visando a superação desses desequilíbrios regionais, através de outra comissão, cujo relator, o Senador Beni Veras, nos dá a honra de sua presença.

A palavra inicial desta audiência pública será do Exmº Ministro Dr. Ângelo Calmon de Sá, a quem agradecemos o fato de ter-se prontificado a vir até São Paulo. Depois do pronunciamento de S. Exº haverá um debate; o nosso tempo é limitado mas os Srs. Empresários, que pretendem inscrever-se para o debate com o Sr. Ministro, podem, desde já, fazê-lo à mesa, mediante um sinal.

Após a saída de S. Exº o Ministro, que retornará a Brasília, haverá um intervalo, para continuarmos o debate com o Superintendente da Sudene e seus técnicos, com o Superintendente da Sudam e seus técnicos, além dos Presidentes dos dois bancos regionais.

Nesse sentido, tendo explicado a finalidade desta audiência pública da Comissão Mista do Congresso Nacional, que faz uma reavaliação dos incentivos fiscais, temos a honra de conceder a palavra, para a abertura desta audiência pública, ao Exmº Sr. Ministro Dr. Ângelo Calmon de Sá.

O SR. ÂNGELO CALMON DE SÁ — Sr. Presidente da Comissão e Presidente da Mesa, Senador Mansueto de Lavor; Deputado José Múcio Monteiro; Senador Beni Veras; Deputado Sérgio Machado; Senador Jonas Pinheiro; ilustre Presidente da Confederação Nacional da Indústria, Senador Albano Franco; Sr. Superintendente da Sudam, Dr. Alcyr Meira; Sr. Superintendente da Sudene, Sr. Elionaldo Magalhães; Sr. Presidente do Banco do Nordeste, Dr. Jorge Freire; Sr. Diretor de Fiscalização dos Incentivos Fiscais, do Basa, Dr. Luiz Lobão; minhas senhoras e meus senhores:

Todos que me conhecem, nesta audiência, sabem que há muito anos acompanhamos esse assunto de incentivos em diversas posições. Como empresário, como Secretário da Indústria e Comércio da Bahia, como Ministro da Indústria e Comércio, participei até de algumas das reformulações do sistema, inclusive quando estávamos no Ministério da Indústria e do Comércio, quando da criação do Finor e do Finam.

Depois que assumi o Governo, há apenas 30 dias, já tive ocasião de dialogar com alguns empresários interessados no sistema, com muitos Deputados e Senadores da Região Norte e Nordeste, com Governadores, com Prefeitos, e a minha primeira avaliação sincera é a de que a mecânica do sistema evoluiu para melhor. Folgo em ver que realmente esse sistema ainda pode ser aperfeiçoado através do diálogo, que estamos tendo aqui hoje, numa audiência, porque é responsabilidade da Comissão chegar a uma conclusão do que se pode e se deve fazer para melhorar o sistema.

É importante destacar que, primeiro, não há a menor dúvida que o sistema de incentivos cumpriu a sua finalidade nas últimas duas décadas.

Quanto foi por conta dos incentivos ou quanto não foi é difícil avaliar.

A verdade é que as regiões que receberam esses incentivos conseguiram crescer a uma taxa acima da média nacional.

Mas o fato é que a indústria, principalmente na Região Nordeste, teve um crescimento extremamente expressivo, e todos os projetos que contribuíram para esse crescimento, de uma forma ou de outra, receberam esses incentivos.

Não há como alguém contestar de que o sistema dos incentivos não funcionou. Funcionou mesmo e funcionou bem.

E há algo que eu dizia lá fora à imprensa, e que pouca gente se dá conta. Todos acham que o Governo faz uma renúncia fiscal, e que isso é um incentivo que devia terminar; e não se dá conta de que o Governo está fazendo um bom negócio com essa renúncia. Eu diria que está fazendo um bom negócio de duas formas: primeiro, ele conseguiu promover um desenvolvimento em regiões que precisavam reduzir a sua disparidade em relação ao País como um todo, e, principalmente ao Centro-Sul.

E, segundo, os números mostram nos últimos 5 anos, a relação entre aquilo que, de fato, chegou à região de incentivos, e o que foi arrecadado pelo poder público, seja no nível do Governo Federal e Estadual, das empresas incentivadas, não é na indústria em geral dessas regiões. No caso do Nordeste, a relação média tem sido entre quatro e cinco vezes mais. Quer dizer, o que o Governo Federal arrecadou de IPI e que os Estados arrecadaram de ICMS, dos projetos incentivados, corresponde entre 4 a 5 vezes o volume de incentivos que a região recebeu nesses últimos 5 anos, ano a ano. Isso dá bem uma idéia de que realmente se afirmar que os recursos não foram bem aplicados não é verdade. Pode-se até dizer: nos não vamos assegurar que 100% dos recursos foram bem aplicados. Mas não há a menor dúvida que os resultados dos grandes números indicam com clareza que os recursos estão alcançando os seus objetivos. E, aí, posso dizer aos Srs. e as Sras. com muita segurança, que me lembro bem — quando assumi a Secretaria de Indústria e Comércio na Bahia, já se vão mais de 20 anos, são 25 anos, no começo, portanto, no sistema de incentivos — que em 6%, os governos estaduais do Nordeste mal tinham recursos para pagar as suas folhas. Todos os recursos que eram utilizados para o investimento, por que até o Fundo de Participação, que naquela

época já existia, era utilizado na maior parte das vezes para pagar a folha.

Essa era a situação dos Estados, inclusive o da Bahia. E essa situação se modificou graças a esses investimentos realizados na região e que propiciaram recursos aos Estados através desse ICM, que estou mencionando. Hoje, os Estados do Norte e do Nordeste podem pensar em investir com os seus recursos graças ao aumento da arrecadação.

É importante que se diga que a própria área social acabou sendo beneficiária, porque todos sabemos e essa é a minha preocupação hoje na STR, que a área social no Nordeste e na Amazônia realmente não evoluiu na mesma velocidade que a área econômica. Isso é uma constatação, todos sabemos. Os indicadores sociais da região não melhoraram na mesma velocidade que os indicadores econômicos apesar desse grande aumento, da arrecadação dos Estados que puderam investir em obras de infra-estrutura social e econômica, e que não tinham capacidade de fazer isso antes. Então, é importante olharmos sob o ponto de vista macro o programa, porque ele vive sendo atacado, mas as pessoas não se detêm para analisar os resultados concretos obtidos com esse programa dos incentivos. Falhas existem todos sabemos, mas em programa como esse é difícil não existirem falhas e estamos sempre querendo aperfeiçoá-lo. O exemplo é essa Comissão do Congresso, que, não tenho a menor dúvida, já recebeu inúmeras sugestões de empresários, de prefeitos e de governadores. Como eu disse, na minha primeira avaliação, o sistema hoje realmente está bem melhor do que já foi no passado. Imagino que deve ser uma preocupação dos senhores iniciar o debate até porque os senhores conhecem o sistema obviamente tão bem quanto eu e não iria adiantar eu ficar falando sobre o sistema e não ouvir de V. Ex^a, o que têm a ponderar e sugerir sobre as deficiências que ele tem.

A maior preocupação que tenho hoje, nesse momento, diz respeito à compatibilização do volume de incentivos aprovados pelas duas superintendências e o seu fluxo efetivo de recursos.

No caso da Sudam existe um desequilíbrio, mas no caso do Nordeste o desequilíbrio é bem maior. O que estamos recebendo de recursos hoje está aquém do que seria necessário para atender o volume de projetos aprovados. O que todos nós — eu, como empresário, sei disso — precisamos é saber qual é a realidade; o que iremos receber durante a construção do projeto para ter assegurados esse fluxos. Antes de chegar à Secretaria, foi elaborado um trabalho pelo superintendente Elionaldo e também pelo superintendente Alci, no sentido de conseguir que o Ministério da Economia transferisse com velocidade os recursos, à medida em que se ia arrecadando, e está previsto na lei isso, muito claramente; houve também certa confusão, se eu posso dizer assim, no primeiro ano, com as regras fixadas, de separar os DARF, não separar os DARF etc. E o que se apurou é que, na verdade, um volume não ainda determinado, mas sem dúvida alguma, razoável de recursos, que V. Ex^a optaram para aplicar nas duas regiões, ainda não chegaram lá.

Isso está muito claro eu já coloquei o assunto para o Ministro Marcílio, já havia sido antes colocado pelos Superintendentes, num outro nível; já falei com todo o pessoal do Ministério da Economia, e eles já estão fazendo o trabalho, que não é fácil, para verificar como vão ajustar isso.

Até o Secretário Luiz Antônio, na última reunião da Sudene que foi a primeira de que eu participei, inquirido pelos Governadores sobre esse assunto, disse que eles já estavam

fazendo essa revisão, que haveria um complemento de recursos relativos ao exercício de 91, talvez até de 90, a ser transferido à Sudene e à Sudam; mas que ele, Luiz Antônio, alertava os governadores que se a Sudene e a Sudam não receberam porque a Receita teria incorporado os recursos como receita normal do Ministério, haveria uma troca em relação a esse assunto, porque, obviamente, o fundo de participação que teria sido pago aos governadores nesse período teria incorporado uma parcela que não pertencia, de fato, aos governos estaduais e porque teria sido pago sobre uma receita que não já era receita, era incentivo fiscal.

Estamos cuidando desse assunto e obviamente esta é uma providência importante que, de alguma forma, vai agregar alguns recursos às disponibilidades do Finor e do Finam.

Mas a minha preocupação, além dessa reunião que temos aqui, que tem a finalidade específica de reavaliação do sistema, é que pretendemos e espero contar com o apoio do nosso Presidente Mário Amato — fazer algumas reuniões, tentando mobilizar de novo o empresariado a voltar a fazer opção em volume maior, porque, obviamente, a melhor das opções é conseguirmos aumentar o volume de opções para as duas regiões.

Já no avião, conversarei com o Deputado José Luiz, que inclusive é Líder da Bancada — desculpe-me, viajamos juntos e acabei não mencionando o seu nome — e com o Presidente do Banco do Nordeste. Pretendemos estabelecer algum tipo de regra, porque já existem empresas estatais que se têm candidatado a esses incentivos, o que não é bem a finalidade do incentivo, ainda que elas façam a opção para utilizá-los em projetos próprios. Uma maneira de diminuir um pouco a demanda seria o estabelecimento de regras em relação às empresas estatais.

Além de ouvir V. Ex^a para saber que outro tipo de reclamação ou sugestão têm a apresentar, a nossa preocupação está centrada em tentar, com a colaboração de V. Ex^a compatibilizar.

Como empresário já sofri. Tenho um projeto cujos investimentos estão um ano e tanto à frente do cronograma, e o dinheiro da Sudene não sai; depois que o projeto está pronto, o quadro final vai ser feito um ano e meio, dois anos depois.

Passei por isso tudo, de forma que V. Ex^a não precisam me falar sobre esse assunto que eu o conheço.

Temos que ter um fluxo de recursos de ingresso no fundo e um fluxo de aprovação de projetos e de cronogramas, de forma que as coisas fechem, para que ao terem os seus projetos aprovados, tenham as pessoas a segurança de que aquele cronograma de desembolso será respeitado e cumprido. Então, tudo se tornará mais fácil e gastaremos muito menos energia. Os senhores não vão gastar energia à toa porque vão saber que a liberação sairá. Eu disse no Ministério da Economia, que a pré-condição básica é que o fluxo de recursos para as duas superintendências seja um fluxo normal, que o Tesouro libere sistematicamente os recursos.

Então, aí vamos fazer uma programação. No momento, volto a insistir, a programação está difícil de fazer porque o que existe de aprovado é algumas vezes mais, é que poderia ser liberado com o fluxo que temos. Vamos ter que fazer um enxugamento para chegar, talvez, à conclusão de que temos que fazer algum tipo de redução naqueles cronogramas aprovados, para poder compatibilizar.

Tenho a esperança, e o superintendente Regional poderá dar mais detalhes sobre isso depois; com o reenquadramento

dos projetos muitos projetos não serão tocados, não serão feitos, e o melhor, então, é cancelar, e não ficar essa demanda inexistente, pressionando aparentemente, quando na verdade ela não existe.

Eram essas as considerações que eu queria tecer. Coloco-me à disposição, informando-lhes, antes de me perguntarem, que determinei às duas Superintendências que suspensem as liberações, porque eu queria tomar pé no assunto.

V Ex^a me conhecem. Sou um empresário, um bom gerente, gosto de saber das coisas que estão acontecendo na minha empresa, ou dentro da minha Secretaria. E como eu estava chegando, acionei o que chamamos de "freio de arrumação", até tomar pé das coisas.

De forma que, se alguém está reclamando de alguma liberação que estava para receber e não recebeu quem mandou prender fui eu mesmo. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Mansueto de Lavor) — Senhoras e Senhores, há o maior interesse da Comissão Mista que reavalia os incentivos fiscais, principalmente do Sr. Relator, o Deputado José Múcio Monteiro, em ouvir esse debate entre os empresários e o Sr. Ministro. Haverá, depois, o debate entre os empresários e os superintendentes da Sudene, da Sudam, do BASA, do BNDES, e seus técnicos. É da maior importância. Isso é uma colheita de informações de grande valor. Afinal de contas, o que a Comissão Mista quer, e por imposição legal tem que exercer esse trabalho, é saber o que presta e o que não presta nos incentivos fiscais. Quais são os dispositivos que devam ficar na legislação em vigor e os que devam ser substituídos, naturalmente, visando o aperfeiçoamento, a moralização, o desenvolvimento da região. Interessa-nos muito, à Comissão Mista do Congresso, fazer com que os incentivos regionais no desenvolvimento e os fundos de investimento sejam instrumentos, não único, mas instrumentos de fortalecimento da Federação brasileira. Instrumento, também, de desenvolvimento econômico e social das regiões que atingem.

Eu queria saudar essa grande liderança do empresariado brasileiro que é o Dr. Mário Amato, Presidente da Fiesp, e dizer-lhe que se considere integrante da Mesa dos trabalhos.

O debate será feito mediante a ordem de inscrições, que vou seguir. Como o tempo é exíguo, e até para dar a oportunidade a todos aqueles que se inscreveram, eu pediria que as intervenções fossem breves. Limitaríamos no máximo até três minutos a questão dos questionamentos dos senhores empresários.

Pela ordem de inscrição, concedo a palavra ao Dr. Roberto Paranhos do Rio Branco, Presidente da Associação dos Empresários da Amazônia.

O SR. ROBERTO PARANHOS DO RIO BRANCO — Vou evitar perder tempo em saudações, Sr. Ministro, o Senador Mansueto de Lavor; o nosso Relator, Deputado José Múcio Monteiro; demais companheiros da Mesa e do nosso encontro.

Em primeiro lugar, para ser breve, eu gostaria de dizer que a importância da reunião se reveste nas informações que o Ministro colocou. Existe confusão na compreensão de que há um saldo positivo. Esse é, talvez, o maior desafio nosso. Pretendemos que, a partir desse trabalho, possamos realmente levar, primeiro, aos meios de comunicação — e aí possam realmente levar à sociedade uma visão mais correta de que há um saldo positivo e, portanto, que o modelo tem sido bom. Por outro lado, temos feito, há muitos anos, uma série de sugestões, que temos renovado; ainda nesta Comissão,

fomos gentilmente convidados a participar como depoentes e trouxemos mais uma vez essas sugestões do que deve ser feito na legislação, que deve ser revista, conforme o artigo último da lei em vigor.

Por último, porque entendo que o trabalho vai dividir-se em duas etapas, haveria realmente uma discussão posterior com a Comissão, colocaria alguns pontos que acreditamos está realmente ao alcance do Ministério que V. Ex^a hoje cuida. V. Ex^a dizia que pretende que o Presidente Mário Amato e as outras entidades realizem novos encontros para restabelecer o interesse no incentivo, no investimento. O mais importante é que hoje existe certo desgaste perante os próprios empresários, porque, como V. Ex^a descrevia, há um retardamento na liberação, enfim, uma série de razões que levam as empresas de auditoria e contabilidade a recomendar aos seus consultados que paguem o Imposto de Renda e não destinem o incentivo às regiões incentivadas. E para que se evite de acontecer isto, o mais importante é restabelecer essa credibilidade do fluxo para que as coisas realmente aconteçam.

Então, em primeiro lugar, entrego a V. Ex^a, em mãos, os aspectos sugeridos, independente da lei que está ao alcance de V. Ex^a, no seu Ministério, a manutenção do sistema de subscrição e liberação dos incentivos fiscais, com a devida atualização monetária até a efetiva liberação. Isso estava ocorrendo. Há momentos em que ocorre e há momentos em que não ocorre a correção da subscrição até a liberação.

O segundo é a garantia de utilização dos incentivos fiscais do exercício de 1991 até ano-base de 1990, para que os investimentos que protocolaram a sua manifestação de opção até 26-6-92, conforme a Portaria — uma Portaria recente que V. Ex^a publicou no *Diário Oficial* da União, para que as empresas beneficiadas do projeto aprovado que manifestaram a sua opção pela nova sistemática de 31-12-91, como ficou estabelecido pelo § 1º, art. 26 do Decreto — isso é outro detalhe — mesmo que na solicitação do enquadramento do projeto a nova sistemática não tenha sido aprovada até aquela data.

Ou seja, são recursos pertinentes a exercícios passados que possam realmente vir; V. Ex^a estendeu o prazo para o enquadramento de projetos até o 26 de junho, mas que, de fato, se possa ter a utilização do recurso e não se deixar para o último momento e, depois, essas empresas perderem os recursos.

Terceiro: inclusão automática de novos acionistas e investidores no capital votante.

Isso é pertinente mais ao art. 9º, hoje em dia, como sabe V. Ex^a, reduziu-se a partir deste ano de 20 para 10% para os projetos em geral; e para 5% os projetos de infra-estrutura, ficou ao nível dos Conselhos ter que aprovar uma mudança de acionistas. Não se trata de trazer novos acionistas e, sim, permitir a entrada dos novos que a lei agora permite. Se antes eu podia ter três ou quatro acionistas, agora poderia ter mais dois. Seria automatizar esse processo. Tem esbarrado muito, nesse momento, o interesse de pessoas em destinar incentivos, trazer recursos para os projetos já em vigor.

Quarto: manutenção das garantias flutuantes. Tem havido certa confusão. A lei estabelece que são garantias flutuantes para a questão das debêntures e, às vezes, tanto o Banco do Nordeste quanto o Baixa não solicitam isso, mas, depois, no mecanismo, para poder registrar os documentos, acaba-se levando a uma hipoteca. Não é objetivo, encarece a operação. Esse é um dos pleitos que queremos renovar.

3 — Em face dos elevados encargos cobrados pela CVM, obrigaram as pequenas e médias empresas ao registro daquele

órgão. Não que se abandone totalmente, mas, hoje, há empresas que quase tanto quanto ela libera, é o que ela tem que gastar para atender. Fomos pioneiros em tentar que houvesse transparência nesse processo e que a CVM se envolvesse, mas a dose acabou sendo forte demais. Creio que se deveria rever esse item; estudar, com urgência, as ações que visem normalizar a enorme defasagem dos recursos do exercício 90/91.

V. Ex^a já falou nesse aspecto, mas esse é um dos pontos que realmente têm sido muito usados para não trazer novos investidores. Além do que é uma preocupação, porque não fecham as contas, ou seja, quem tem as contas, ou certificado de investimento — isto quando o Serpro soltar realmente a sua relação — não vai fechar. É importante porque tem aspectos até de mercado de capitais que terão repercussão.

Por último, o fiel cumprimento dos repasses dos recursos do atual exercício recolhidos ao Tesouro Nacional aos bancos operadores. Infelizmente, como V. Ex^a diz, a União não tem tido recursos. Essa transparência, mais do que nunca, pelo perfil que estará trazendo, é fundamental para todos nós. Se eu puder ter 10% de tudo o que eu preciso, e estava no cronograma, é melhor eu saber disso do que me envolver com bancos e depois não poder pagar e quebrar. Isso é fundamental. Mas que tenhamos de fato, também da Receita Federal, uma transparência. Tem sido uma "caixa preta", sabemos disso, sei do empenho que V. Ex^a está tendo, mas é interessante que façamos o que pudermos em parceria para que isso venha à tona. É fundamental.

Encerrando, faço a V. Ex^a um pleito, que encaminhamos a todos os Ministros que chegam. Qualquer encontro, qualquer discussão, qualquer comissão que haja e que discuta esses aspectos — e V. Ex^a já está fazendo isso com relação à Suframa, convidando os companheiros à discussão — que possamos integrá-los em um nível em que possamos, sem dúvida, colaborar.

É muito comum falar-se mas, na hora, não somos chamados, não trazemos a nossa colaboração, as nossas contribuições e sequer somos ouvidos. Gostaríamos muito de ter esse direito.

Agradeço a atenção de V. Ex^a e da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Mansueto de Lavor) — Concedo a palavra ao Sr. Ministro.

O SR. ANGELO CALMON DE SÁ — Roberto, que você cobriu obviamente a maior parte dos assuntos que seus companheiros vão levantar, até pela sua responsabilidade.

Em relação ao assunto da correção monetária, que, aliás, já havia conversado comigo, eu disse que a nossa intenção é cumprir rigorosamente o dispositivo da lei. A Sudam já vinha fazendo isso há algum tempo. A Sudene teve mais dificuldade de recursos e precisava equacionar esse problema do passado, para poder fazer isso. Nós vamos, realmente, cumprir a lei.

Quanto ao aspecto do problema de garantias, é um assunto que vocês poderão discutir com mais detalhes com o Basa e o BND.

Enfim, a lei terá que ser cumprida e não se pretende que pese mais do que a lei.

Em relação ao aspecto da CVM, o que pretendo fazer é tentar fixar uma regra, uma tabela que acabe beneficiando essas pequenas empresas. Creio que abolir o registro, não vai dar. Então, teremos que fixar uma tabela em que a pequena empresa pague bem menos do que o que pagam as grandes.

Não sei se isso será possível, mas, pelo menos, lutarei por isso junto à CVM.

Quanto ao problema do fluxo, por você mencionado, e que também eu já mencionara, a parcela enviada pela receita este ano foi dentro do prazo normal; ou seja, ela não ficou com nenhuma parcela que já tivesse sido recolhida a ela, deste ano, relativa a 1992; pelo menos foi a informação que o Luiz Antônio me deu, até porque ela disse que a maioria das pessoas jurídicas; pelas compensações que fizeram, não tiveram realmente que começar a pagar o imposto no começo do ano. Então, quando ela recebeu, transferiu inclusive a parcela devida tanto para a Sudene quanto para a Sudam.

De nossa parte, já disse, perseguiremos o mesmo objetivo de vocês que é o de que a verdade seja dita, ou seja, que ninguém fique se enganando pensando que vai receber 100% do que teve aprovado no seu projeto.

Vou falar, agora, sobre um assunto técnico, mas que considero importante seja aqui mencionado. A impressão que tive ao avaliar alguns projetos — e que também a própria Sudam e Sudene estão examinando e irão rever — é que havia um critério de estabelecimento de padrões de preços nos projetos que levou, no passado, muito em consideração o fato de que os incentivos não eram corrigidos. Na hora de se fazer o reenquadramento dos projetos antigos — a impressão que tenho é de que há projetos e talvez por isso seja mais fácil ajustar os números — medida que se fazia um orçamento com uma inflação projetada para dentro do projeto, o que iria ocorrer e ocorreu, é que alguns projetos ficaram inchados. A máquina dessas duas entidades não realizou; o fato é que, de agora em diante, vamos corrigir os valores. Assim sendo, o valor do projeto que deu entrada hoje será corrigido. Não há por que se tentar proteger o orçamento apresentado contra um desgaste, porque ele será corrigido. Só que, em relação aos projetos antigos, isso era feito. Vamos ter que dar uma ajustada nesses projetos. Fazer uma revisão, essencial, a partir do momento. Antes era muito difícil aos órgãos técnicos da Sudene questionarem os orçamentos, até porque o empresário poderia dizer: Mas se você não aprovar um valor fixo, como vou fazer isso. O próprio pessoal do Agropene, que esteve comigo, fez um levantamento e chegou à conclusão que, na história da Sudene — apesar de, no passado, incentivo fiscal representar 75% dos valores do projeto —, a média da implantação de todos os projetos deu 26%, só. Por quê? Porque o incentivo era comido pela inflação e o empresário acabava tendo que botar muito mais. Só que, com essa nova regra, isso não vai acontecer. Então, temos que passar a trabalhar com orçamentos muito mais realistas, porque o empresário sabe que o seu orçamento vai ser corrigido com base na data que ele deu entrada. Teremos, com muito mais tranquilidade que estabelecer parâmetros, agora mais do que antes. Antes, com a inflação do jeito que era, não tinha orçamento que pudesse valer.

Não tenho a menor dúvida que algum ajuste terá que ser feito nesses orçamentos, a fim de conciliá-los com a realidade de que tudo aquilo que está aprovado não vai poder ser liberado. Na melhor das hipóteses, com o aumento brutal do fluxo de recursos, com a desistência de muitos projetos, mesmo assim, não tenho dúvida, quero deixar muito claro para os senhores, o fluxo não vai ficar compatível com a demanda.

Então, vamos ter que fazer alguma regra para compatibilizar, e vamos discutir com os senhores qual a regra mais adequada. Vamos ter que discutir com os Governadores, com

os Deputados, com os Senadores, mas é uma decisão administrativa, uma decisão do Conselho dessa Superintendência.

Agora, é bom que ninguém tenha a ilusão de que vamos poder liberar integralmente todos os projetos aprovados, nos prazos previstos nos cronogramas de execução. Isso não vai acontecer. Os senhores me conhecem, não vou criar ilusão para ninguém. Gosto de ter os pés no chão, ser realista, e a verdade é essa. É importante que os senhores saibam a realidade. Ninguém venha reclamar depois que não teve todo o seu incentivo liberado a partir do dia que devia chegar. Não vai ter mesmo, porque não vai ser possível.

Tenho consideração à regra universal. Os senhores querem o quê? Que eu beneficie A, B, ou C, e que os outros não recebam nada? Ninguém aqui neste auditório quer isso, creio eu.

Então, é bom que todos tenham isso presente, porque natural é que cada um dos senhores pressione para ser o privilegiado que vai ter atendido, integralmente, o seu incentivo fiscal. Isso não dá para fazer.

O SR. PRESIDENTE (Mansueto de Lavor) — Concedo a palavra ao empresário Olacyr de Moraes.

O SR. OLACYR DE MORAES — Sr. Ministro Ângelo Calmon de Sá, meu colega empresário; Sr. Presidente da Mesa, Senador Mansueto de Lavor; demais membros, senhores e senhoras: não deixa de ser uma esperança termos hoje, como Ministro, o Dr. Ângelo Calmon de Sá, que conhece a iniciativa privada, porque há muitos anos vem militando nela.

Devemos ser absolutamente francos e expor todas as dificuldades por que estamos passando em relação aos incentivos fiscais.

Nosso grupo implantou, se não me engano, seis ou sete projetos na Sudam, totalmente concluídos e com sucesso. Como V Ex^a mesmo disse, foi uma grande ilusão em termos de incentivos fiscais, porque, no final, os recursos do grupo foram mais de 80%. Já que tínhamos dado partida, tivemos que concluir e colocamos recursos próprios. É essa a história de um grande número de projetos que têm sido implantados.

Depois de implantados esses projetos, foi a fase da pecuária, depois da agricultura, em Mato Grosso e naquela região. Com o advento da agricultura, constatei que realmente era impossível continuar produzindo naquela região, sem que se equacionasse o problema do transporte. Não adiantava mais abrir fazendas, porque, por exemplo, para um saco de milho cujo preço mínimo é de seis dólares gasta-se três a quatro dólares para o transporte de caminhão. A solução para aquela região é o transporte hidroviário ou o ferroviário. Eu me lancei nesse projeto da construção da ferrovia, onde esses custos seriam reduzidos em um terço. Isso foi feito há quatro anos, o que considero muito positivo, porque aprendi o que ocorre no Brasil na tentativa de se implantar infra-estrutura pela iniciativa privada. O que está em moda, hoje, no Brasil, é fazer portos, sistemas de transportes ferroviários, usinas elétricas pela iniciativa privada.

Quero fazer um pequeno relato das dificuldades que qualquer empresário encontrará quando se lançar nesse tipo de empreendimento. Já faz quatro anos que isso foi aprovado pela SUDAM; passou por um Governo, houve mudança de Ministério e, agora, na mudança do último Ministério, houve um avanço.

O empresário vai encontrar coisas dessa ordem: no caso da ferrovia, compra-se a faixa onde ela vai passar. Aí, de

acordo com leis que o Brasil possui desde o tempo de Getúlio Vargas, totalmente diferentes das leis americanas que previram, realmente, o desenvolvimento dos Estados Unidos pela iniciativa privada, tivemos um tipo de funcionário estatizante, nas últimas décadas deste País, tudo fez para que isso fosse absolutamente impossível, que a iniciativa privada atuasse nessa área no Brasil. E é o que tem ocorrido.

Primeiro item. Entramos a fachão para construir a ferrovia e, de acordo com as leis existentes, somos obrigados a transferir taxa do governo; em seguida, recebemos a faixa em comodato, ou seja, de cara, já não se é mais dono da área onde vai passar a ferrovia. Aí também surgem problemas dessa ordem. Se a empresa cometer falhas ao longo do seu trabalho — falhas operacionais — ela se chama: reversão para o poder público. Isso, sem indenização. Por exemplo, um empresário que tivesse concessão para explorar 300 ônibus daqui para Campinas, se o motorista cometer qualquer falha e tiver um atraso, o Governo vai cancelar apenas a concessão; vai cancelar a concessão e pretenderá tomar os ônibus, ou seja, a empresa passaria a ser propriedade do Governo. É a lei brasileira. E assim seria na ferrovia. É de imaginar-se o perigo de um Governo com uma filosofia contrária à privatização, não é? Armaria completamente essas falhas. Não é que cortará as concessões, ele se apropriará. Dirão: isso é ilegal. Ganha-se na Justiça. "Mas está na lei;" então, veremos. São dezenas e dezenas de problemas dessa ordem que surgem.

Penso que, em primeiro lugar — estou falando perante membros do Poder Legislativo brasileiro — a exemplo do que fez o Estado de São Paulo, há necessidade premente de se fazer modificações. Criar-se uma lei de prestação de serviços públicos, pela iniciativa privada, realmente moderno, e que se acabe com esse problema do tempo de Getúlio Vargas, porque realmente não se fez nada. Qualquer pessoa que tentar, quando encontrar isso pela frente, não vai prosseguir, não há como.

Voltando especificamente ao assunto da Sudam, porque está inserido diretamente na ferrovia, foi um projeto aprovado pela Sudam, que era o tempo dos 17,5, ou 7,5 que foi cancelado. Aí, veio uma lei que está em vigor, e o próprio Egberto Baptista tentou mudá-la, porque não é possível um indivíduo pegar 5% de ações para aplicar o incentivo fiscal dele e colocar 5% de recursos próprios. Foi feito excluindo-se isso. No caso de infra-estrutura não seria exigido isso, ou seja, o indivíduo poderia ser sócio com qualquer participação. Não sei por que o Congresso entendeu e mudou. Realmente prevaleceu essa lei que está aí e que inviabiliza a implantação de projeto dessa ordem. Não existe como, para captarmos recursos de pequenos ou médios investidores, exigir que ele tenha 5% do nosso capital, que inicialmente é pequeno, mas, no futuro, será um grande capital. Além disso, previa-se também conversão da dívida e uma série de outras possibilidades que até hoje não foram feitas.

O que quero dizer, Sr. Ministro e Sr. Presidente da Comissão, é que sentimos uma grande dificuldade. A realidade da Sudam é uma, a da Sudene é outra. São completamente diferentes. São projetos de outro tipo. Tal é o número de dificuldades, que hoje o próprio Mário Amato sabe que há um grande desencanto da parte dos empresários de São Paulo de investir nessas regiões; ou seja, o volume de investimento tem caído brutalmente, e a tendência é que não haja essa recuperação, falando-se francamente.

Penso que com essa parafernália toda, com esses sistemas de dificuldades daqui e dali, o Sr. Ministro bem disse que

quer fazer uma administração — e é do seu feitio e de seu caráter absolutamente limpo — que irá fazer uma liberação de acordo, talvez, de uma ordem cronológica das pessoas que lá estejam, que realmente vieram para implantar o seu estilo. Penso que talvez se devesse apagar essa lei que aí existe e assumir a realidade de ficar somente no “fundão”, o Governo irá fazer as suas prioridades e liberará de acordo. Está muito complicada essa estória. É bastante difícil. Uma parte dos empresários tem que colocar aqui, mas a lei deu o “pulo do gato” lá atrás, há um monte de dificuldades, pois fere esse interesse daqui, ou daquela região, que, no meu ponto de vista, não sei se certo ou errado, mas, pelo que sinto, é o seguinte: cria-se um único fundo, em face dessa lei, e vai-se distribuindo proporcionalmente. O Governo aprovará o projeto na medida do volume de recursos que tenha. É uma maneira de simplificar-se isso. Da maneira que está é muito difícil; ou então, volta-se ao regime exatamente como era no primeiro momento em que foi criada a Sudam e a Sudene; cada um investiria no seu projeto da maneira que bem entendesse. Isso não seria impossível, até podemos confiar na Sudam e na Sudene, pois sabemos que têm critérios bastante rígidos, e acompanharemos isso bem de perto, e acabaremos com todas essas dificuldades, porque realmente há uma série de normas e regulamentos, que estão inviabilizando e causando um desinteresse enorme dos empresários. E isso fica como uma sugestão. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Mansueto de Lavor) — Com a palavra o Sr. Ministro.

O SR. ÂNGELO CALMON DE SÁ — Eu escutei, as suas sugestões, que, atenciosamente, Alcyr e creio que, realmente, no caso específico do projeto de infra-estrutura, as razões levantadas são válidas. Por outro lado, temos que entender que o objetivo do Governo, que criou os fundos e os dois artigos, era, de certa forma, aquele empresário, pois não tinha condições de mobilizar o grande empresário a decidir a adotar o seu projeto, e se beneficiaria do Fundão. Por outro lado, aquele que tem essa vantagem teria que ter um compromisso mínimo de recursos próprios para se candidatar a fazer essa aplicação livre, que é um projeto próprio. E é bom lembrar que, se o Governo deixasse totalmente livre o art. 9º, então não haveria Fundão. Porque, obviamente, o empresário, se ele pode escolher onde vai colocar, então não vai ter Fundão. Ele tem que ter algum tipo de inibição, para que ele não só tenha o art. 9º. Esse é o objetivo dessa vinculação.

O Congresso que é soberano nesse assunto, tem responsabilidade perante a lei de examinar certos tipos de projeto, própria dimensão do projeto, e, eventualmente, sendo de infra-estrutura, reduzir isso. Mas em projetos outros que sejam agrícolas ou industriais, confesso a você que, pela dimensão — normal do projeto, se o Governo realmente não mantiver algum tipo de amarração à utilização do art. 9º, não vai haver recurso para o Fundo, vai acabar com o Fundo. Eu senti que a sua opção é pelos dois extremos: ou só tem o Fundão, ou liberdade total. Na verdade, o que existe hoje — que, aliás, existiu também no passado — é essa posição híbrida. E funcionou. Concordo que, no seu caso específico, é um complicador, não há como negar. Mas não sei se deve haver alguma forma para conciliar esse programa da infra-estrutura, que é um assunto que o seu foi o projeto pioneiro, mas, na minha opinião, existirão fatalmente outros projetos nessa linha. Então, sobre a qual, o Congresso deverá debruçar-se

com mais atenção sobre isso, e ouvir, evidentemente, mais empresários, o próprio Governo e os outros setores do Governo, inclusive o Ministério dos Transportes, no caso específico do seu projeto, para, realmente, decidirmos. Não disse no começo, peço permissão ao nosso Presidente para agregar isso, pois creio que é importante que os empresários deste auditório saibam. Tivemos um seminário com o Presidente, com todos os Ministros e Secretários, e eu dizia ao Senador Albano Franco — posso dizer isso muito à vontade, porque já participei de outros governos — que nunca vi, sinceramente, uma possibilidade de articulação entre os Ministérios do Governo tão forte quanto a que existe hoje dentro dessa equipe do Governo. Quer dizer, é absoluto o entendimento, a compreensão dos Ministros e do Secretário de que o País tem poucos recursos e que eles devem ser utilizados de forma racional. E devo dizer — e disse isso quando falei no seminário — que eu já recebi 150 Deputados, Senadores e Governadores e Prefeitos na Secretaria, desde que assumi. E não encontrei um só Deputado, Senador ou Governador que não estivesse totalmente de acordo e até estimulando no sentido de que haja essa racionalidade na aplicação de recursos. Às vezes, se faz um mau juízo em pensar que os Deputados só querem fazer obrinhas para eleição, que não estão preocupados em serem as obras realmente prioritárias. Não é verdade. Sou obrigado a dar aqui um testemunho de que todos que estiveram comigo, até agora, não houve um só que não entendesse que acabou a era da irracionalidade neste País. Não temos dinheiro para desperdiçar. Temos que ser racionais. Não somente os senhores, no setor privado, no uso dos incentivos, como nós, no prover a infra-estrutura social-económica. Não tem sentido largar estradas inacabadas, pontes e projetos de irrigação inacabados. Existem muitos. Mas posso dizer que a ação do Governo vai se concentrar exatamente em praticar essa racionalidade. Os recursos são poucos e temos que fazer com que eles dêem o maior dividendo possível à sociedade, como um grande benefício. A retomada do País vai ser talvez mais rápida e maior do que se imagina, porque o que existe de capital investido pela sociedade, que, no momento, não produz nada para ela, porque é um projeto de irrigação inacabado, é uma ponte que não está permitindo uma estrada funcionar. Quer dizer, temos um capital que foi investido e que não está gerando absolutamente nada. Então, na hora que nós, juntos, setor privado e setor público, aplicarmos os recursos para concluir essas obras e colocá-las a serviço da sociedade; vamos alavancar o desenvolvimento, porque vai haver correlação entre o recurso agora investido e o que se vai produzir.

Na área de irrigação, só para os senhores tomarem conhecimento, o Ministro Cabrera colocou como prioridade no orçamento deste ano mais de vinte obras, todas com 80% concluídas. Com isso, vamos entregar ao Nordeste mais 100 mil hectares de perímetro irrigado, com um investimento que não vai a 80 milhões de dólares. Quem sabe o que é custo de irrigação, sabe que evidentemente é uma bobagem o que se vai gastar. Agora, vejam o que vamos agregar de área para a produção!

Então, eu diria, meu caro amigo e grande empresário Olacyr que vamos encontrar racionalidade para resolver esse assunto. Não tenho a menor dúvida de que o Congresso Nacional tem a competência e a clarividência para encontrar uma solução para resolver o seu assunto.

O SR. PRESIDENTE (Mansueto de Lavor) — Muito obrigado.

Com a palavra, o Dr. Reinaldo Rubi, Presidente da Associação Brasileira de Investidores em Projetos Incentivados.

O SR. REINALDO RUBI — Exmº Sr. Ministro Ângelo Calmon de Sá, Exmº Sr. Senador Mansueto de Lavor e demais autoridades aqui presentes:

Pedi a palavra para, rapidamente, tecer alguns comentários da Abipi sobre sistema de incentivos fiscais, no sentido de aprimorar o sistema.

Partilhamos da idéia do Sr. Ministro de que o sistema de incentivos fiscais cumpriu, em boa parte, as metas a que tinha se proposto, e toda sugestão que temos encaminhado às diversas autoridades foram no sentido efetivamente de aprimorar esse sistema e fazer com que ele seja cada vez mais eficaz, sob o ponto de vista econômico.

Nesse sentido, encaminhamos à comissão um conjunto de sugestões em consenso com a Associação dos Empresários da Amazônia e a Abipi — Associação Brasileira dos Investidores de Projetos Incentivados —, dos quais vou destacar alguns pontos que acho importantes para o debate público.

Já se falou aqui — o Sr. Olacyr de Moraes colocou muito bem o problema — da desistência ou da redução do ânimo do empresariado em investir nas regiões incentivadas. Isso é uma constatação, não do próprio empresariado, não da Associação, é uma constatação da extinta Comifi, que foi a comissão que fez a avaliação dos incentivos fiscais, que determinou a nova redação da Lei de Incentivos Fiscais.

A redução no número de investidores foi bastante grande ao longo dos últimos anos, basicamente porque tiveram problemas na aplicação desses recursos de incentivos fiscais. Um dos problemas, que foi levantado também pelo Sr. Olacyr de Moraes, é bastante importante, porque é o problema da participação mínima no capital em ações ordinárias. Originariamente, essa participação era de 5%, veio evoluindo para 20% e torna-se agora um percentual, quando, na verdade, a participação mínima em alguns projetos, ao nível de 5%, já é uma participação muito elevada, não só nos programas de infra-estrutura, mas nas grandes obras privadas ou nas grandes indústrias privadas, como, por exemplo, uma planta de cimento ou uma planta petroquímica de maior porte, que o próprio Ministro conhece, porque também atua no setor.

Uma das sugestões que eu gostaria de destacar aqui é o problema do fluxo de recursos. Muito se falou do fluxo de recursos, da problemática do fluxo de recursos. Também já muito se falou de correção monetária. As sugestões da Abipi no sentido da correção monetária dos incentivos fiscais são bastante conhecidas, a posição da Associação dos Investidores com relação ao fluxo de recursos é bastante diversa do que está sendo colocado aqui.

A nossa visão é a seguinte: existem dois tipos distintos de incentivos fiscais, tanto do Nordeste quanto do Norte. Esses dois tipos de recursos são hoje administradas, primeiro, pelo Tesouro Nacional, através da Secretaria da Receita Federal — o incentivo fiscal é recolhido num DARF separado; depois é transferido ao Banco do Brasil, que, na verdade, vai gerir o caixa do Tesouro: só então é transferido para os bancos operadores dos fundos, tanto o Finor quanto o Finam.

A nossa sugestão nesse sentido é que os recursos de incentivos fiscais do artº 9º, ou seja, a aplicação em projetos próprios, deveriam ser recolhidos diretamente pelos investidores aos bancos gestores desses fundos em contas vinculadas, em nome do próprio investidor. Não há necessidade de esse dinheiro

transitar pela Secretaria da Receita Federal. A parcela de recursos de incentivos fiscais que vai para o ativo conhecido como "Fundão" também deveria ser recolhido diretamente aos bancos gestores dos incentivos fiscais, evitando-se o passeio dos recursos. Assim, tíamos nesses bancos contas vinculadas dos investidores em art. 9º — e só poderiam ser sacadas para projetos aprovados pelas instituições — e uma outra nota de uso geral, que seria a parcela do uso comum, também seria gerida através da Superintendência, já estaria esse recurso dentro dos bancos gestores.

Essa é uma contribuição, no sentido de viabilizar o problema de fluxo de recursos. Na nossa opinião, isso reduziria substancialmente o problema de fluxo de recursos para os projetos.

Era essa a colocação que eu queria fazer. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Mansueto de Lavor) — Com a palavra o Sr. Ministro.

O SR. ÂNGELO CALMON DE SÁ — Quanto à aceleração desse fluxo, como eu disse aqui, já conversamos com o Secretário Luís Antônio e, pela primeira vez, foi feita a liberação direta, realmente, do Tesouro para os bancos que administraram os recursos. Agora, por questão de mecânica até mesmo do próprio Código de Contabilidade Pública, não há como o recurso não entrar no Tesouro; ele tem que entrar no Tesouro. Não teria como o contribuinte recolher esse incentivo — na minha opinião, pode ser que eu esteja enganado — sem que ele passe pelo Tesouro, porque de qualquer forma ele é uma receita do Tesouro, da qual ele abriu mão, dentro de uma legislação que existe. Mas ela tem que ser contabilizada, inicialmente, dentro do Tesouro, até para efeito de controle, senão vai ficar difícil controlar esse assunto. Se ele, Tesouro, não tiver o registro dentro dele, como é que ele vai controlar? É obrigação dele controlar. Portanto ele teria que ter isso.

Não vejo, sinceramente, possibilidade de se ir até essa simplificação de o dono do incentivo depositar direto nos dois bancos. Se fosse possível, eu não tenho a menor dúvida de que seria ótimo. Quando o Congresso, que tinha esta preocupação, acabou fixando o percurso que teria que correr o recurso, e a velocidade em que ele teria que andar, inclusive determinando a correção a partir de quanto ele funciona, acho que nós podemos melhorar alguma coisa, mas acho difícil que a gente possa chegar a esse ponto ideal que foi aqui sugerido.

O SR. PRESIDENTE (Mansueto de Lavor) — Concedo a palavra ao Dr. Mário Amato, Presidente da Fiesp.

O SR. MÁRIO AMATO — Ministro Ângelo Calmon de Sá, Senador Mansueto de Lavor, meu Presidente Albano Franco e demais componentes da Mesa.

Tenho medo de ser repetitivo, mas há uma coisa, que foi enfocada pelo Ministro, que me preocupa extraordinariamente: é o custo e benefício dos incentivos fiscais. O fato de nós colocarmos grandes empresas e não atendermos o social me preocupa sobre maneira.

Já quando ocorreu a primeira possibilidade de incentivos fiscais, nós lembrávamos, naquela ocasião, da oportunidade de dar incentivos fiscais para as empresas que queiram sair de São Paulo, ou que queiram colocar uma unidade fora de São Paulo, pequenas e médias empresas. Mas há necessidade de uma desburocratização a respeito, porque isso é que dá possibilidade. Não adianta colocar uma grande empresa e depois ter que importar os trabalhadores para poder funcio-

nar. Já tive vários casos destes. Já tive na Sudene, na Sudam, e os meus projetos, eu tenho a felicidade de dizer, todos eles vingaram, mas a maioria não vingou.

O problema também do empresário de São Paulo, que obtém lucro, mas não quer aplicar é porque ele recebe, na maioria dos casos, uma série de papéis, papéis esses que não dão resultados suficientes, por razões várias. No entanto, ele tem, no seu ativo, aqueles papéis que têm que pagar Imposto de Renda todo ano, e ele tem que reavaliar. Então, ele prefere não aplicar, porque ele tem um problema muito grande na sua empresa, ou então ele doa, como eu já tive oportunidade de doar milhões de cruzeiros de incentivos que eu dei do meu lucro.

A idéia é de que o lucro não é a razão principal dos incentivos, não é absolutamente, mas sem o lucro não há possibilidade de desenvolvimento.

Estive lendo, esta semana, o **Land leasing**, como se desenvolveu, qualquer coisa semelhante, a desburocratização. Se for possível, ainda mais agora que nós estamos caminhando para uma ênfase no setor terciário, convidar os empresários médios e pequenos, que eles possam pegar parte do seu equipamento e que tenham incentivo para poder colocar fora, porque não se pode justificar que matéria-prima venha para São Paulo, se transforme e volte para o Norte e Nordeste. Isso é quase pecaminoso.

Então, eu não queria me repetir muito, mas é uma das coisas a que eu gostaria de dar ênfase e a Federação poderia, eventualmente, colaborar neste sentido.

Nós temos agora, como sabem, IPTU alto, dificuldade de greves, e muitas das empresas de São Paulo e das grandes capitais desejam se transferir, nós poderíamos incentivar essas transferências, dando um incentivo. Um incentivo é como quem planta uma árvore, se ele planta uma árvore, que é para que não dê fruto, não deve ser dado, e não deve ser em caráter permanente. O incentivo, como o nome diz, deve ser alguma coisa que crie riquezas e bem-estar para a população da região que o recebe.

Era isso que eu queria dizer, rapidamente, para não me alongar e não ser repetitivo. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Mansueto de Lavor) — Concedo a palavra ao Sr. Ministro.

O SR. ÂNGELO CALMON DE SÁ — Ouvi as colocações do Sr. Mário Amato com muita atenção. Creio que, realmente, existem esses problemas. Precisamos encontrar uma maneira de fazer menor a burocracia, que tem que ser enfrentada pelos empresários. Os grandes, como o Presidente sabe, sempre dão um jeito, têm equipe e instrumentos para executar e cumprir toda a burocracia. Realmente, no caso do pequeno e médio empresário, a coisa complica muito. Temos que encontrar uma maneira de simplificar isso e encontrar uma forma de evitar o que o presidente se referiu, e que é verdade, quer dizer, todas as nossas empresas, de alguma forma ou de outra, acabam tendo uma série de ações de empresas e, às vezes, não sabem nem o que fazer direito com essas ações.

Estamos aqui para isso, para discutir e tentar aperfeiçoar os mecanismos que existem hoje.

O SR. PRESIDENTE — O nosso ilustre Relator, Deputado José Múcio, pede para fazer uma rápida intervenção sobre os assuntos anteriormente colocados. Concedo a palavra a V. Ex^a

O SR. RELATOR (José Múcio) — Sr. Ministro, Sr. Presidente, Srs. Empresários, eu queria, apenas para enriquecer o debate, fazer uma observação com relação a essa questão social, que o Ministro levantou e que o Presidente Mário Amato ratificou.

Penso de forma diferente. O incentivo fiscal tem sido um instrumento de integração nacional. A São Paulo interessa o Nordeste, interessa o Norte, como ao Norte e Nordeste interessam também São Paulo e o Centro-Sul.

V. Ex^a permitiram que no Nordeste fossem construídas escolas, hospitais, praças, creches, abrigos. De que forma? Nós não temos, no Nordeste nem no Norte, a alavancagem para sair do estágio que estamos que tem o Centro-Sul. Se não fossem os incentivos fiscais, que permitiram que nesses últimos vinte anos o crescimento do Nordeste fosse absolutamente igual ao crescimento do Brasil, mantendo, assim, a nossa diferença social e a nossa diferença econômica, nós estaríamos muito mais empobrecidos do que estamos hoje. O Nordeste e o Norte não enriqueceram, mas o fosso não foi aumentado, já que aqui é o centro de produção, é o centro industrial e lá, indiscutivelmente, é a região mais pobre. Foram os incentivos que construíram escolas, que permitiram que o nível de analfabetismo do Nordeste não fosse aumentado; foram os incentivos que construíram hospitais, que permitiram que as doenças endêmicas, que tanto se alastram lá, não se alargassem.

De maneira que discutimos o incentivo na sua forma direta, mas a questão social foi tocada diretamente de que forma? O incentivo que criou a empresa, a empresa que criou o imposto.

A Parafba, hoje, tem 80% do seu ICMS de indústrias incentivadas. As 200 maiores empresas que recolhem ICMS na Bahia são empresas incentivadas e esses incentivos é que permitem a alavancagem social de que tanto carecemos.

De maneira que V. Ex^a não só fizeram empresas, V. Ex^a fizeram escolas e construíram hospitais.

Só para enriquecer o debate. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Mansueto de Lavor) — Com a palavra o Dr. Sávio Vieira, Presidente da Agropene, Associação de Empresas Agropecuárias do Nordeste.

O SR. SÁVIO VIEIRA — Sr. Ministro Angelo Calmon, Sr. Senador Mansueto de Lavor, Sr. Deputado José Múcio, Sr. Deputado Sérgio Machado, Srs. Senadores, Deputados, Presidentes de Bancos, representantes da Sudene e da Sudam, companheiros.

Nós, nordestinos, fizemos nos últimos anos, motivados pelas críticas que nos têm sido feitas através da aplicação do Finor, diversas avaliações. Provavelmente, a mais importante delas foi feita há alguns poucos anos por um grupo de técnicos do Banco do Nordeste e da Universidade Federal de Pernambuco. Mais recentemente, num trabalho que fizemos para o depoimento que prestamos a esta Comissão, nós, expusemos os nossos pontos de vista e colocamos a nossa visão do problema.

Hoje, não se pode mais discutir se os incentivos fiscais são ou não benéficos, foram ou não benéficos. Os números, os dados são sobejamente demonstradores do enorme benefício, do extraordinário instrumento que esses incentivos representaram para a Região do Nordeste e da Amazônia. Pelas fábricas que criaram, pelas agroindústrias que foram feitas, pelas fazendas que foram abertas, pelos projetos de irrigação e tantas outras atividades, pelo IPI que essas empresas reco-

lhem, pelo ICMS que essas empresas recolhem e que são, como foi dito pelo Sr. Ministro e pelo Deputado José Múcio, e esta Comissão já tem conhecimento disso pelo extraordinário levantamento de dados, que eles são da maior importância para a nossa região. Eles hoje são os construtores de estradas, de escolas, de hospitais, de creches, como muito bem disse o Deputado José Múcio, além de construir fábricas, além de irrigar áreas.

A maior crítica que se fez aos incentivos para o Nordeste foi ao suposto desperdício na aplicação de parte desses incentivos. Os levantamentos feitos, no entanto, mostram que esses desperdícios somam tão-somente 3,6% de todo o dinheiro que foi usado, depositado, ou creditado em nome do Fundo de Incentivos do Nordeste.

Ora, o Senador Mansueto de Lavor disse recentemente, numa conversa que tivemos, um coisa que reputamos muito importante. Seria muito bom se todo os orçamentos da União e dos Estados tivessem nas suas aplicações uma perda de apenas 3,6%. Gostaríamos que não tivesse havido a perda de um centavo sequer, mas não podemos, como empresários e como estudiosos, deixar de reconhecer que é uma perda próxima do desprezível. Então, quando se tem esses dados, quando se tem esses elementos, quando se conhece o que foi feito nos Estados da Bahia, no norte de Minas Gerais, em Pernambuco, enfim, em todos os Estados nordestinos, através dos incentivos, só nos resta reconhecer que eles são tão eficientes que deveríamos prover meios para que eles fossem ampliados, e que o fluxo desses incentivos para a nossa região fosse bem maior do que é hoje, pelo menos no mesmo nível da época em que foram criados, já que, hoje, representam apenas dezessete por cento.

Sobre o aspecto do Fundo que o empresário Olacyr de Moraes levantou — nosso companheiro, que todos respeitamos —, lembraríamos que o Fundo é absolutamente necessário, porque, no Nordeste, não são construídas apenas grandes empresas; são construídas grandes, médias e pequenas empresas. De onde viriam recursos para que essa média empresa se implantasse se não houvesse o depósito coletivo do Fundão? Como aquele jovem empresário, aquele novo empresário, cheio de idéia, cheio de entusiasmo, poderia viabilizar o seu empreendimento? São tantos os empreendimentos de empresários desse tipo que foram feitos no Nordeste, e que hoje, são empresas extraordinariamente bem-sucedidas, que, simplesmente, não poderíamos imaginar que elas fossem riscadas.

Entendemos também, Sr. Ministro Ângelo Calmon de Sá, que os recursos destinados ao art. 9º — que era anteriormente o art. 18 — têm uma disciplina, colocada em lei, que, se pode ser um instrumento que impeça algum projeto específico, como é o caso, é, em geral, uma regra benéfica, porque distribuidora de oportunidade.

Gostaríamos de insistir que o problema do fluxo de caixa do Tesouro para os sistemas continua a ser uma preocupação muito grande para todos nós. Entendemos que deveríamos, todos juntos, e particularmente a Comissão — que isso conste da nossa sugestão —, insistir na possibilidade de que esses recursos fossem recolhidos por DARF separados e endereçados diretamente aos bancos arrecadadores. Entendemos que essa é uma prática que seria benéfica.

Da mesma forma, a sugestão do Sr. Ministro Ângelo Calmon de Sá, no que concerne à CVM, é uma sugestão que nos parece apropriada. Não podemos deixar de ter o registro na CVM. Agora, empresas de pequeno e médio porte,

que não atuam no mercado de capitais, não podem contribuir com uma taxa igual às demais, que operam — pois é da sua própria natureza — nos mecanismos da Comissão de Valores Mobiliários, isto é, na Bolsa de Valores.

Eram essas as nossas considerações e a posição do Nordeste.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Mansueto de Lavor) — Concedo a palavra a V. Ex^a, solicitando que faça a sua intervenção ao microfone por causa das transcrições.

O SR. — Queria só observar que acredito que houve um malentendido, porque disse exatamente que sou favorável à ampliação do Fundão. Não sei se o companheiro que esteve aqui falando não entendeu dessa maneira. Creio que ou se amplia o Fundão de uma vez, ou, então, dá-se liberdade total: cada um aplica onde quiser. Mas entendo que o melhor seria o Fundão. Não sou contra o Fundão, penso apenas que não pode ficar uma coisa toda embaralhada como está.

Era só este o esclarecimento que queria dar, porque pela maneira que S. Ex^a falou, desculpe-me, mas dava a impressão de que fui contra o Fundão, quando a minha intenção foi exatamente o contrário.

O SR. PRESIDENTE (Mansueto de Lavor) — Concedo a palavra ao Sr. Ministro do Desenvolvimento Regional Ângelo Calmon de Sá.

O SR. ÂNGELO CAMON DE SÁ — Não teria nada a acrescentar às sugestões, até porque elas já foram apresentadas também a mim, pessoalmente, no Ministério. Creio que são válidas. Podem ficar todos certos de que se o fluxo de recursos puder ser mais rápido, acho que todos vão compreender que sou o maior interessado em que o Tesouro não fique nem um dia com o dinheiro. Então, podem ficar certos de que, por isso, vou lutar.

O SR. PRESIDENTE (Mansueto de Lavor) — Concedo a palavra ao Sr. Joseph Cury, Presidente do SIMPI — Sindicato da Micro e Pequena Indústria de São Paulo.

O SR. JOSEPH CURY — Sr. Ministro do Desenvolvimento Regional, Ângelo Calmon de Sá; Srs. Membros da Mesa; minhas senhoras e meus senhores.

Queria começar, Sr. Ministro, com alguns dados que acho sumamente relevantes. Segundo dados do IBGE, para cada quilowatt consumido, a micro e pequena indústria geram cento e vinte empregos a mais e pagam vinte vezes mais ICMS. Numa micro ou pequena indústria, geram-se empregos com quinhentos dólares, contra dez a doze mil dólares que são os investimentos de grande corporações. É claro que temos que ter investimentos em grandes grupos e em médios grupos, mas em nenhum momento nesta sala, Sr. Ministro, ouvimos a palavra microempresa, em nenhuma vez nesta sala, ouvimos um posicionamento contundente da necessidade da micro e pequena indústria estar participando ativamente desses projetos, e não mais a nível de uma postura de dizer: queremos isso, mas uma implementação pragmática, porque todos somos empresários.

Em função disso, Sr. Ministro, gostaríamos de colocar o Simpi à disposição, com sugestões concretas, de como isso pode ser feito na somatória, junto ao Legislativo, junto ao Executivo, para que as micro e pequenas empresas, que hoje

neste País representam 99% das empresas, não estejam de fora desse processo.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Mansueto de Lavor) — Muito obrigado.

Com a palavra o Sr. Ministro.

O SR. ÂNGELO CALMON DE SÁ — Eu posso dizer ao Presidente do Simpi, que, quando Secretário da Indústria e do Comércio na Bahia, portanto, há vinte e tantos anos chegamos a fazer um quadro e levamos ao então Superintendente da Sudene, General Euler, que foi muito sensível a isso, que mostrava exatamente o que o senhor acaba de declarar de uma microempresa que se situa em São Paulo beneficia-se desse mecanismo, até porque ela não tem estrutura e não teria realmente condição de fazê-lo.

Estamos abertos a essas sugestões, e mais do que eu, o Congresso Nacional, todos nós sabemos a importância que tem a microempresa na atividade econômica do nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Mansueto de Lavor) — Com a palavra o Senador Lavoisier Maia, ilustre representante do Rio Grande do Norte no Senado Federal.

O SR. LAVOISIER MAIA — Sr. Ministro Ângelo Calmon de Sá, Sr. Presidente Mansueto de Lavor, demais componentes da Mesa, Srs. empresários.

Primeiro, Sr. Ministro, nós do Nordeste ficamos felizes, quando V. Ex^a assumiu essa importante função no Brasil, de Ministro-Chefe da Secretaria de Desenvolvimento Regional, porque V. Ex^a conhece mais do que todos a situação real do Brasil; foi Ministro da Indústria e do Comércio, mas reconhece, primeiro Sr. Ministro, a desigualdade inter-regional que existe neste País, que é grave e preocupa todos nós.

O Brasil vive uma hora de muita dificuldade, todos sabemos. Estão aqui ilustres empresários e muitos já falaram de suas dificuldades.

Aqui, em São Paulo, Sr. Ministro, no Estado mais rico da Federação, está aí o Presidente Mário Amato, que falou e disse; está o empresário Olacyr, que falou e disse. Todos estamos sofrendo; os grandes sofrem muito, porque não desenvolvem, não vão para a frente, param ou dão um passo atrás; e o rico. O pobre tem a situação muitas vezes pior, não tem passo para frente, Sr. Ministro, só dá passos para trás. É grave a situação do Nordeste em que nós vivemos.

V. Ex^a disse, e disse muito bem, que evoluiu um pouco o Nordeste, vendo a desigualdade incrível em que vivia e em que vivemos. Não adianta investir no grande deixando o pequeno de fora. Não adianta. O grande deve ter o apoio, mas mais do que o grande, o pequeno deve ter um tratamento diferenciado.

É isso, Sr. Ministro. E eu, como Governador que fui do Rio Grande do Norte, não sei dar um tratamento diferenciado para o Nordeste, porque estávamos sofrendo mais do que o Sul; porque a riqueza era muito menor lá do que aqui; porque havia mais sofrimento vindo para São Paulo. Os famosos paus-de-arara, para não morrer de fome, vieram para São Paulo agravando os problemas do Estado de São Paulo e da cidade. A desigualdade é grave; grave e preocupa a nós todos.

Sr. Ministro, hoje no meu Estado e no Nordeste, eu vejo com muita preocupação fábricas se fecharem.

A indústria Guararapes, de lá do Rio Grande do Norte, há 30 anos dando emprego à comunidade potiguar, fechou

as suas portas; pôs na rua 6.500 pessoas na cidade de Natal. Vejo hotéis se fechando, indústrias de empresários que foram de São Paulo recebendo incentivos fiscais para o Nordeste, para o Rio Grande do Norte com esperança. Vamos contribuir para essa desigualdade diminuir!

Essas indústrias estão em dificuldade, desempregando pessoas que vão passar fome. Discutimos aqui se é válido o incentivo fiscal. Claro que é, já foi provado aqui que é válido. Dá mais emprego? Dá mais emprego. Dá mais condições de fazer escolas, como disse o Deputado José Múcio, assim como hospitais, unidades de saúde? Sim. Então, por que não dar incentivo fiscal?

O Brasil que tem um Presidente nordestino, não vê tremenda desigualdade que está vivendo um país que não pode ser dividido? Mesmo porque é superavitário na balança de pagamento. O Nordeste, por si só, era auto-sustentável. Por que o Nordeste não tem uma prioridade na hora do sofrimento maior? Os incentivos fiscais são válidos, foi provado aqui por A mais B. Por que essa retração? O Presidente é do Nordeste.

Confio em V. Ex^a, que é do Nordeste, Ministro Ângelo Calmon de Sá, para abrir mais os olhos do Presidente da República, o que não seria preciso porque Sua Excelência é do Nordeste e conhece o sofrimento do povo. Eu não podia deixar de fazer um apelo veemente a V. Ex^a, aqui no mundo do grande empresariado brasileiro, ilustres empresários bem intencionados e que querem o desenvolvimento de São Paulo, mas também estão preocupados com a desigualdade que é muito grande e séria.

Muitas pessoas têm dito que estamos diante de um barril de pólvora, a crise socialmente é grave.

Um Ministro precisa ouvir essas coisas e V. Ex^a vai ter um pouco de paciência com o seu amigo, que confia em V. Ex^a.

A Sudene, redenção do Nordeste, foi criada com a intenção de diminuir a desigualdade inter-regional, está vivendo a pior fase da sua existência. Por quê? Porque não adianta ter os recursos, se não são bem aplicados. E agora, nem esses recursos estão chegando. Fiquei muito preocupado, assim como todos aqui, quando V. Ex^a disse: nem os projetos aprovados vão ter a liberação de recursos. O que significa? Que vamos ter mais desempregados, o que é muito grave.

Eu amo este grande País, que deve ser o último a sair da crise, mas sua real situação é de intensa gravidade. Faço um apelo a V. Ex^a para que fortaleça a Sudene, não a deixe como está, se preciso for, pode me convocar, a mim e aos Senadores do meu Estado, do Nordeste, e iremos ao Presidente da República fazer esse apelo. V. Ex^a pode contar com esse aliado, porque eu quero o melhor e não o pior. Não sou daqueles que acreditam que quanto pior melhor. Não. Sou pelo melhor, mas o melhor não está existindo. Falaram o pequeno, a microempresa, que são milhares no Brasil, principalmente no Nordeste, e que estão fechando suas portas.

Essa é a realidade nua e crua, e V. Ex^a tem que encontrar um caminho, uma saída, porque é homem inteligente, experiente, em boa vontade, espírito público e quer o melhor para sua região.

Aqui fica a palavra de quem quer o melhor para o Brasil, no combate às desigualdades sociais, que são graves.

O Senador Mansueto de Lavor, Presidente da Comissão de Incentivos Fiscais, em boa hora trouxe essa comissão para São Paulo; esperávamos que toda a opinião pública brasileira tomasse conhecimento desta reunião. E de que forma isso

poderia ser feito? Através da televisão, dos jornais etc. O que fazemos em Brasília não se torna público. Seria interessante que esta reunião fosse tornada pública. Estamos tratando de assuntos sérios do Brasil e do Nordeste e devem ser divulgados pelos órgãos de comunicação do Governo. Faço um apelo a V. Exª nesta hora grave em que vive o Brasil: que se veja, em primeiro lugar, o pobre, senão o pior pode acontecer para o País.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mansueto de Lavor) — Muito obrigado, Senador.

Antes de o Sr. Ministro referir-se às palavras do Senador Lavoisier Maia, gostaria de comunicar que ainda existem as inscrições do Sr. Carlos Rocha, da Associação Brasileira de Computadores: do Deputado José Luiz Maia, Líder do PDS na Câmara dos Deputados; do Sr. Aloísio Mota, do Estado de Tocantins; do Sr. Mayer Vagner, do Senador Beni Veras, Relator da Comissão dos Desequilíbrios Regionais.

O Senador Lavoisier Maia já falou, pedi-lhe que fosse breve, apesar de sua importantíssima comunicação feita. O Ministro está premido pelo tempo. O compromisso de S. Exª está esgotado conosco. Fica, portanto, a critério de S. Exª, o Sr. Ministro, permanecer ou não alguns minutos mais conosco a fim de responder as indagações que ainda serão feitas. Entretanto, entendemos a situação do Sr. Ministro. havíamos combinado que seu tempo seria até 10h30min e já são 11h15min.

Concedo a palavra ao Sr. Ministro Ângelo Calmon de Sá.

O SR. ÂNGELO CALMON DE SÁ — Confesso que gostaria muito de ficar e responder a todos, mas, se o fizer, não poderei cuidar de outros interesses em Brasília, inclusive da própria região. Além do mais, irei despachar com o Senhor Presidente da República.

O que eu queria dizer ao Senador Lavoisier Maia, e penso que assim resolverei todas as suas inquietudes, é que quando o Presidente da República me convidou, Sua Excelência deixou muito claro que o fazia baseado naquilo que ouviu de outrem. Alguém fez elogios a minha pessoa, dizendolhe que pensava que eu tivesse todas as condições de que ele precisava. Ele entendia que nos dois primeiros anos de seu governo não tinha conseguido fazer, pelas regiões mais pobres, tudo aquilo que desejava. S. Exª pensava que colocando um homem da região com a maior população pobre, eu teria a sensibilidade para implementar todas as ações que ele gostaria de realizar em favor da região Nordeste, Amazônia e Centro-Oeste.

Quero dizer que quem me antecedeu não deixou de trabalhar. Eu diria que, principalmente a Sudene e a Sudam, fizeram um trabalho grande, inclusive de estudos e planejamentos que estão prontos para serem implementados, é bom que se refira ao Plano de Desenvolvimento Regional Integrado do Nordeste, que prevê uma ação integrada e prioridades em certas áreas, procurando levar a esse desenvolvimento que o Senador Lavoisier Maia aqui mencionou.

Posso dizer ao Senador, e a todos que aqui estão, que conheço um pouco dessa assunto. Se não houver, dentro do Governo, o que eu chamaria de um gerente, cuidando das regiões mais pobres e fazendo com que realmente os recursos que elas precisam se dirijam a ela, não há como evitar que "o rio corra para o mar". A pressão de necessidade de recursos e de investimentos na região Centro-Sul, até porque ela é

a que mais produz hoje para o País, é muito grande, é muito forte. É natural quando o Governo pensa que vai fazer alguma coisa na área de energia e acaba fazendo

Agora o Governo está preocupado e vai fazer um investimento grande com a própria iniciativa privada e os Estados, inclusive São Paulo, de trazer o gás da Bolívia para cá. É um projeto monumental. São bilhões de dólares. Um projeto desse sozinho é mais o que todos os recursos de incentivos fiscais já colocados no Nordeste. Se não houver alguém com uma preocupação cotidiana de fazer com que os recursos se dirijam, pelo menos numa parcela razoável, para evitar o agravamento do desequilíbrio, eles podem voltar a crescer. Graças a Deus não cresceram nesses últimos anos!

Há realmente um problema social enorme no Nordeste. As colocações do Senador são extremamente válidas. Nós nos conhecemos há muito tempo, desde quando ele era Governador. Realmente eu tenho essa preocupação. O Presidente sabe que tenho essa preocupação e me transmitiu uma preocupação maior ainda. Portanto, Senador, como V. Exª disse aqui, o Presidente não precisa que eu lhe abra os olhos. Ele está com os olhos bem abertos, sabe que o problema existe, só que há uma máquina de governo que, se não for monitorada, não vai fazer aquilo nem que o Presidente queira. Não nos vamos iludir, pensando que o Presidente vai conseguir que a máquina do governo faça tudo aquilo que ele quer. Tenho certeza de que diversos empresários que aqui estão já levaram o pleito ao Presidente, que ele concordou e que passaram-se meses para que as coisas se tornassem realidade, porque a máquina reage, às vezes, a esses comandos. É uma realidade e eu tenho a experiência que vivi no Banco do Brasil.

Quando eu era Presidente do Banco do Brasil, o Presidente Geisel e Mário imediatamente me pediram para fazer uma avaliação do que eram as aplicações do Banco do Brasil. Acontece que apenas 11% das aplicações do Banco, àquela época, eram feitas no Nordeste. Sozinho, o Rio Grande do Sul tinha 11%. Só um Estado do Sul tinha tudo que os nove Estados do Nordeste, somados, tinham. No entanto, o Presidente me deu um objetivo. Ele disse: você tem que duplicar as aplicações no Nordeste e triplicar na Amazônia, antes do final do Governo. Graças a Deus, com três anos que eu estava no Banco, quando fui para o Ministério, já o Banco do Brasil tinha 20% de recursos aplicados no Nordeste, e a Amazônia, de 1%, tinha passado para 3%. Portanto, tem que haver gerência. Caso contrário, não vai funcionar.

Posso garantir que estamos, inclusive, dentro da SDR com a responsabilidade da articulação, levantando, Ministério por Ministério, o volume de recurso destinado a cada Estado, a cada município da região da Amazônia, do Nordeste e do Centro-Oeste. Pretendemos ter uma realidade do que é que existe de fato. Qual é, de fato, a prioridade que o Nordeste está recebendo? Se se perguntar, hoje, no Governo, é muito difícil obter resposta. Há um levantamento do Ministério da Economia, de anos passados, mas não traz a posição, por exemplo, do Orçamento de 92. Tenho certeza de que, mesmo dentro do Congresso Nacional, é também difícil obter tal resposta. Diga-se de passagem, essa é uma obrigação constitucional. O Orçamento tem que destacar com clareza as aplicações nas regiões mais carentes. No entanto, ninguém sabe hoje — e já verifiquei — o que está, no Orçamento de 92, destinado ao Nordeste, à Amazônia e ao Centro-Oeste. Esse é um assunto que tem que ser gerenciado. Eu disse ao Presi-

dente: Presidente, eu posso não ter nenhuma das qualidades que o senhor está dizendo, mas, modéstia à parte, há uma que eu sei que tenho: sou um bom gerente e o senhor verá que, para gerenciar esse assunto, o senhor receberá as informações, as mesmas que eu tiver, de como está andando esse seu grande projeto de fazer com que os indicadores sociais das regiões mais pobres venham a melhorar e atingir níveis mais próximos da média nacional.

Pode ficar tranquilo, Senador. Como disse na primeira visita que fiz ao Senado, voltarei ao Senado e ao Congresso, porque precisarei realmente do apoio do Congresso, para implementar algumas coisas necessárias para a Amazônia, para o Nordeste e para o Centro-Oeste.

Gostaria imensamente de ficar aqui, mas os meus companheiros de mesa têm muito a responder e a falar aos senhores.

Peço-lhes desculpas, mas tenho que me ausentar para Brasília. Neste momento, o Senador Mansueto de Lavor, Presidente da Comissão, vai usar da palavra.

O SR. PRESIDENTE (Mansueto de Lavor) — Antes de tudo, quero registrar, para nossa honra, a presença do eminentíssimo Senador Ney Maranhão, Líder do PRN no Senado da República.

A reunião ainda está no meio. Haverá um intervalo de quinze minutos para deixarmos o Ministro na porta do hotel. Logo, após, voltaremos para os debates. As inscrições dos senhores superintendentes da Sudene e da Sudam e dos Srs. Presidente da BASA e do BNB permanecem. É da maior importância que a continuação dos trabalhos seja feita dentro de quinze minutos.

Sr. Ministro, agradeço a V. Ex^a pela presença e pela participação decisiva na primeira etapa dos nossos trabalhos de audiência pública da Comissão Mista de Incentivos Fiscais Regionais. Temos realmente a convicção de que esses três segmentos — o Governo Federal, representado aqui por V. Ex^a, o Congresso Nacional, representado pelos Srs. Senadores e Srs. Deputados aqui presentes, e o empresariado nacional, a iniciativa privada aqui tão bem representada por todos os que estão presentes — estão de mãos dadas por uma reavaliação dos incentivos fiscais, visando o fortalecimento da Federação brasileira e os objetivos maiores do País, pelo seu desenvolvimento econômico e social. Tenho essa convicção, Sr. Ministro, e creio que V. Ex^a levará dessa reunião também tal convicção. Muito obrigado pela sua participação.

Faremos um intervalo de 15 minutos para levarmos o Sr. Ministro até a porta. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Mansueto de Lavor) — Vamos dar prosseguimento aos trabalhos.

Concedo a palavra ao Superintendente da Sudene e da Sudam, Dr. Elionaldo Magalhães, Alcyr Bóris, Dr. Jorge Lins.

Passo a palavra ao Superintendente da Sudene, Dr. Elionaldo Magalhães.

O SR. ELIONALDO MAGALHÃES — Srs. Senadores, Srs. Deputados, minhas Senhoras e meus Senhores.

Acredito que pelos assuntos que aqui já foram colocados pelo Sr. Ministro Angelo Calmon de Sá, e pelos empresários e representantes das associações, a questão dos incentivos parece-me que está bastante discutida. Mesmo porque recebemos uma série de sugestões que serão analisadas, inclusive pela Comissão Mista do Congresso Nacional e que tenho certeza terão uma melhor acolhida.

Gostaria de utilizar esse tempo para fazer mais uma apresentação de contas do que é o sistema de incentivos fiscais, no caso, o Finor, no Nordeste. E trazer para os Senhores o que aconteceu no Nordeste e o que poderia ter acontecido durante todos esses anos se não existisse o sistema de incentivos fiscais.

Dispomos, no Nordeste, de uma área territorial, sob jurisdição da Sudene, de um milhão e seiscentos e cinquenta mil metros quadrados, com uma população em torno de quarenta e quatro milhões de habitantes, portanto, praticamente, um terço da população do PIB nacional de apenas 16%. O que já demonstra claramente o contraste em termos econômicos e sociais que se vive na nossa região:

Conseguiu-se chegar a esse estágio exatamente por conta de tudo que foi feito em infra-estrutura e desenvolvimento econômico, através do sistema de incentivos fiscais. E chegamos a esse patamar. É muito fácil imaginar o que estaria acontecendo hoje no Nordeste se não dispuséssemos desse sistema de incentivos.

Durante todo esse período da existência dos sistemas de incentivos fiscais, tivemos a aprovação de 2.494 projetos para os nove Estados do Nordeste e a Região Norte do Estado de Minas Gerais. Desses, 1.582 já estão totalmente concluídos e em plena fase de produção. Novecentos e doze encontram-se em implantação.

E por força da lei que modificou o sistema de Finor para Finor debêntures, estamos fazendo ainda a análise para enquadramento e reavaliação dos projetos nesse novo sistema que, a meu ver, trouxe uma contribuição fantástica à moralidade e à transparência necessária à existência desse sistema de incentivos fiscais no Nordeste.

Diria até que as muitas críticas que já se fizeram aos sistemas do Norte e Nordeste, provavelmente, foram feitas porque tudo se baseava na aplicação dos recursos em cima da questão das ações preferenciais sem direito a voto. E hoje, com os debêntures, quando todos os recursos são transformados em debêntures, dos quais 30% não conversíveis, há, naturalmente, uma seleção dos projetos que estão em fase de apresentação nas autarquias ou dos que se habilitaram a esse reenquadramento e a reavaliação. Essa seleção nos dá certeza de que, quem mantém os seus projetos, os mantém porque realmente tem compromisso com a questão do desenvolvimento e a questão empresarial.

Outro fato importante que deve ficar bem claro é de que se atribui aos incentivos fiscais uma maneira errada de se encarar como um fato de que estamos retirando dinheiro de outras regiões do País, sobretudo do Sul e Sudeste, para colocarmos dinheiro em projetos que não tenham, realmente, compromisso com o desenvolvimento da Região Nordeste.

Esse aí é um enfoque que, me parece, precisa ser corrigido, porque, na verdade, de todos os recursos que foram colocados no Nordeste para os empreendimentos que lá foram instalados, o empresário que participou do sistema, por um cruzeiro que recebeu de incentivos, ele teve que aplicar, de recursos próprios, dois cruzeiros. Então, isso é um fato realmente muito importante que demonstra que o processo de desenvolvimento dessas regiões, em nenhum momento, foi financiado com os recursos do Imposto de Renda, ele participou, auxiliou, mas na razão de 1 para 2.

Mostraria aqui um número que os projetos concluídos absorveram do Fundo Regional — Finor — recursos da ordem de 12,9 trilhões de cruzeiros a preço de fevereiro de 1992 que, na verdade, em relação aos projetos em implantação.

a contribuição dos incentivos foi de 9,1 trilhões, correspondentes a 40,4% dos investimentos globais da ordem de 22,5 trilhões.

A outra questão que já foi aqui colocada é sobre o que representa hoje para economia nordestina e formação da receita tributária dos Estados e a arrecadação do IPI desses empreendimentos localizados no Nordeste. Alguns Estados, como aqui foi citado, realmente têm hoje quase que, exclusivamente, o maior aporte de recursos da sua arrecadação, exatamente em cima das empresas que lá estão instaladas através de incentivos fiscais. Então poderíamos ver aqui, por exemplo, do ICMS do setor industrial do Estado de Sergipe, 63,9% é decorrente de empresas que foram instaladas com incentivos fiscais. No Estado de Pernambuco, 95,5%; no Estado da Paraíba, 75,7%. No Rio Grande do Norte, 68,1% são de empresas incentivadas que se instalaram através desse sistema e, na Bahia, 39,7%. Na região norte do Estado de Minas Gerais, 76,1%.

Isso demonstra que esses recursos foram bem aplicados, pois os resultados estão aí demonstrados.

Em termos da região como um todo, temos aqui alguma coisa da ordem de 63,6%.

Ainda há questão a demonstrar sobre a geração de empregos que tivemos na região nordestina em todo esse período. Empregos diretos e indiretos da ordem de 2 milhões e 800 mil empregos existentes, hoje, na região, exatamente criados por esses empreendimentos industriais agrícolas, pecuários, agroindustriais e de turismo.

Ficou também demonstrado aqui que o Nordeste, em todos os momentos em que se acompanha o desenvolvimento da economia brasileira, sempre esteve presente participando, crescendo, inclusive, a uma taxa mais alta do que a taxa média do Brasil.

Evidentemente, que os indicadores sociais não refletem esse mesmo nível de crescimento da economia. Numa comissão como essa, Comissão Mista do Congresso Nacional, é que aparecem as oportunidades de se fazer essa reavaliação do sistema e procurar, também, direcionar o sistema de investimentos para a correção desses problemas. Então, diria o seguinte: enquanto o Nordeste crescia, como comprovam as tabelas que distribuiremos para os Senhores, havia um crescimento concentrado. Aí sim, o modelo pode ter falhado nesse sentido. Houve um crescimento concentrado. Realmente, o objetivo maior que se tinha da distribuição de renda e da formação cada vez maior de oferta de empregos, pode ter tido um desempenho que não fora aquele previsto, aquele que se desejava. No mais, quando mostramos que 2 milhões e 800 mil empregos foram criados, temos que reconhecer que o sistema, realmente, tem uma participação muito forte no Nordeste.

Então, por esse motivo é que o Conselho Deliberativo da Sudene, já no mês de junho de 1991, procedeu a uma modificação substancial na questão do orçamento do Finor, em termos de aplicação aos projetos que estavam em tramitação para estudo e aprovação na Sudene, onde, no momento, as prioridades estabelecidas têm como premissa maior o processo de interiorização do desenvolvimento da economia nordestina. O que não quer dizer, em absoluto, que algum projeto que os estudos técnicos assim o demonstrem tenha que ser necessariamente localizado em uma das capitais do Nordeste, ou em uma região interiorana. E, se esta é a oportunidade, sem dúvida alguma, esse projeto terá a acolhida necessária. Mas a premissa maior que foi aprovada pelo Conselho, com

a participação dos Srs. Governadores, dos Srs. Ministros, enfim, de todos os que compõem o Conselho Deliberativo é de que temos que procurar o processo de desenvolvimento interiorizando essa ação, porque, aí inclusive, estaremos já combatendo um outro problema gravíssimo da região nordestina que é o fluxo migratório no sentido do campo, cidade do interior capital do Nordeste e capital do Nordeste/São Paulo. Quer dizer, é essa também uma das maneiras que o Nordeste se desenvolvendo pode contribuir substancialmente para resolver seus problemas ou deixar de ser problema para outras capitais do País, notadamente São Paulo. E é necessário que os recursos, tanto em São Paulo como em outras grandes capitais do Sul e Sudeste sejam aplicados para resolver os problemas sociais, como o crescimento das favelas ou a migração milhares e milhares de nordestinos que vêm para São Paulo em busca de emprego. Valores infinitamente menores do que esses que aqui são necessários, de investimento no desenvolvimento da economia do Nordeste. Então esse processo de investimentos fiscais é algo associado à solução dos problemas sociais do Brasil e não apenas do Nordeste. Acho que se olhássemos sob essa ótica, só isso aqui já demonstraria a grande importância que tem esse sistema de incentivos fiscais para o desenvolvimento do Nordeste e do norte do País.

Evidentemente, que a outra questão que se coloca é que alguns empreendimentos que foram aprovados para a implantação do Nordeste, dentre esse percentual aqui que se falou, de aproximadamente 4%, foi o percentual de insucesso dos empreendimentos. Fizemos um levantamento e detectamos que são várias as causas que concorrem para esse fato. Entre as alegadas, uma das fortes, sem dúvida alguma é o atraso nas liberações de recursos. Já ficou bem explicado porque ocorreram esses problemas, e estamos tentando, junto à SDR e ao Ministério da Economia, encontrar uma solução para os mesmos; acredito que esteja realmente muito próximo, mesmo porque são fatos passados. Através da nova lei dos incentivos fiscais há uma obrigação, que inclusive começa realmente a ser cumprida, da liberação dos recursos no prazo máximo de 15 dias, a partir do dia do recolhimento. E a partir também dessa data esses valores serão corrigidos monetariamente e as liberações feitas aos projetos também terão a correção ainda nos mesmos níveis em que o crédito seja feito através do Banco do Nordeste, no caso do Finor. Então a questão, desse momento em diante, nessa parte que vinha prejudicando substancialmente aos projetos, está resolvida e, em relação ao passado, as liberações que foram efetuadas e que trouxeram, sem nenhuma dúvida, grandes prejuízos para os projetos. Estamos aguardando os levantamentos finais da Receita Federal, e as liberações dos recursos referentes a 1990 e 1991 serão utilizados exclusivamente para se ressarcir a correção monetária das liberações anteriores, cuja obrigação começa com o advento da Lei nº 8.167. Diria que estamos precisando de um pouco mais de tempo, porque na verdade agora são esses levantamentos que estão sendo realizados pela Receita Federal, em cima das informações que passamos à Receita, que vão estabelecer o prazo em que vamos liberar esses recursos.

Uma questão que ainda é necessário se colocar é que a infra-estrutura que deveria existir para que cada empreendimento desse que foi aprovado no Nordeste realmente chegassem a bom termo. O governo, provavelmente, ao longo dessa história, não tem concorrido com a mesma velocidade, com o mesmo grau de necessidade que se apresentava para a forma-

ção dos empreendimentos, por isso mesmo é que foi aprovado pelo Conselho Deliberativo da Sudene o PDRI, a que o Sr. Ângelo Calmon de Sá já fez referência, que é um programa de desenvolvimento regional integrado. Esse plano se baseia na divisão do Nordeste, fala do Nordeste, como se o Nordeste fosse um; na verdade não é, são vários nordestes, com características próprias dentro dos estados e nas suas mais diversas regiões. Quer dizer, esse plano prevê esse processo de desenvolvimento de uma maneira integrada, de uma maneira harmônica. Não há como imaginar que podemos realmente desenvolver o Nordeste se um estado for prejudicado em função de outros, em benefício dos outros. Então dividimos o Nordeste, para esse sentido, em 4 áreas programas e nessas áreas há um compromisso-mui o forte do Governo Federal, numa ação coordenada pela Sudene, que voltou a ter essa participação no processo de coordenação dos órgãos do Governo Federal no Nordeste, para que todos os recursos, dentro do plano de cada ministério ou de cada órgão que dê ação regional, possam ser feitos de uma maneira objetiva, sem que haja dispersão dos recursos que ali são direcionados, isso porque é necessário que nas áreas programas o governo ofereça a infra-estrutura necessária, que é da responsabilidade pública, para que esses empreendimentos realmente possam ter o nível de retorno que se pretendia quando da sua aprovação. Então, só para citar alguns exemplos, projetos de agropecuária, quando foram aprovados ou projetos agrícolas, muitas vezes tiveram insucesso porque não havia como fazer o escoamento da produção até os seus consumidores, aí é uma questão de estradas e ferrovias que é, realmente, da responsabilidade do governo e que deveria ter agido no momento em que ele estabeleceu que determinada região deveria merecer incentivos para o seu desenvolvimento. Essa é a última preocupação do governo cuja articulação está sendo feita pela SDP, em todos os ministérios, no sentido de que as obras que estão contidas no orçamento geral da União com uma participação muito forte dos Deputados e dos Senadores que estão acompanhando esse projeto, dando sugestões, inclusive apontando problemas que devem ser solucionados a curíssimo prazo, é que haja uma prioridade da aplicação dos recursos. Não se pode discutir apenas a necessidade de determinadas obras, mas é a questão da oportunidade.

Temos projetos que estamos a 80% da sua conclusão e para que ele passe efetivamente a produzir, ou nós viabilizamos a infra-estrutura agora, neste momento, ou eles no momento de sua entrada em plena produção vão tornar-se inviáveis.

Essa visão do processo de desenvolvimento integrado que nós temos que dar ao Nordeste é que realmente nos dá a certeza de que haverá uma modificação substancial no comportamento dos planos que tiveram aplicação naquela região.

Então, parece-me que isso faz com que os empresários que têm responsabilidade muito grande no processo de desenvolvimento e também na questão das soluções dos problemas sociais, tenham como se programar. Essa é a questão. Se estabelecermos que o orçamento do Finor deverá ser cumprido dentro do cronograma fisco-financeiro de cada projeto que foi aprovado ou dos projetos que estão em fase de enquadramento, há um compromisso do Ministério da Economia, Finanças e Planejamento as liberações para que seja cumprido rigorosamente o que está prescrito em lei. Concluída essa fase de enquadramento em que um empreendimento desses está recebendo o despacho de enquadramento ele recebe também um cronograma que será cumprido. Evidentemente, que

para isso nós temos hoje um problema que é do conhecimento de todos os Senhores: é a questão da realização da receita tributária da União. Então, a previsão dos recursos para o Finor em 1992 é da ordem de 1.3 trilhões de cruzeiros para incentivos fiscais no Nordeste. Esse é o caso do Finor.

Estamos assistindo a uma série de ações judiciais que podem afetar substancialmente o volume final da arrecadação do Imposto de Renda e, consequentemente, esse volume de recursos previsto no orçamento da União poderá sofrer também uma redução. Então, nós não temos como dimensionar esse quadro, porque agora é que nós vamos receber o primeiro recolhimento do Imposto de Renda, a partir da entrega dos balanços das declarações de Imposto de Renda de pessoa jurídica.

Mas devemos procurar a melhor maneira de administrar isso aí. Uma coisa, no entanto, é necessária que seja colocada. Com o processo de enquadramento, nós estamos já conscientes de que haverá uma redução, também, dos projetos que estavam pretendendo instalar na região, ou seja, aqueles projetos que, por algum motivo, o empresário resolveu que não seria interessante participar do sistema nas condições do Finor — débentures. Por isso é que eu digo que haverá uma seleção natural e, consequentemente, maior disponibilidade de recursos para os projetos que estão em fase de implantação.

Um outro detalhe que se coloca em relação a esse problema é de que, no ano de 1989, nós tivemos a aprovação em torno de 176 projetos novos do Finor para o Nordeste; no ano de 1990 até abril de 1991 foram 42 projetos, houve uma redução significativa. Do mês de abril de 1991 até março de 1992 nós aprovamos apenas 6 projetos na Sudene, o que demonstra uma preocupação muito grande de compatibilizar a disponibilidade de recursos que vamos ter, antes de mais nada, com os projetos que já estão em fase de implantação. Nós não podemos continuar aprovando projetos, uma quantidade cada vez maior e criando também cada vez mais problemas de liberação de recursos para os projetos que já estão em fase de implantação. Isso leva o empresário à certeza de que há uma preocupação muito grande com o cronograma fisco-financeiro dos empreendimentos que estão sendo estabelecidos. Em 14 meses, apenas, 6 projetos de Finor, que nós chamamos de Finor comum, foram aprovados. Temos centenas de projetos. O que nós estamos mostrando aos governadores, aos parlamentares, aos empresários é que temos que primeiro resolver essa situação, qual é o volume de recursos de que vamos dispor para garantir efetivamente a implantação em definitivo dos projetos que estão em implantação, caso contrário o prejuízo será muito maior.

Agora, apurar tudo isso para fazer uma avaliação maior, não podemos deixar de estar aprovando os projetos daqueles estados que estão numa desvantagem tremenda em relação aos outros, mesmo porque os projetos já chegam na Sudene direcionados, mencionando em que localidade ele pretende se instalar.

Nesse momento, à medida em que vamos concluindo o projeto, e esse período a que me referi também é um dos períodos em que mais projetos foram declarados concluídos e que aumentará com o encerramento das análises para enquadramento, pretendemos estabelecer um sistema de participação onde os Estados que tiveram menor participação durante todos esses anos possam avançar um pouco. Evidentemente, que com o cuidado de que o projeto que deve ir para aquele Estado é aquele que realmente melhor vai se

adequar à realidade da economia daquele estado. Não é somente transferir por transferir.

Mas, o que demonstra que a Sudene está fazendo um estudo muito sério em cima de toda essa situação; pretendendo dar a sua colocação à Comissão Mista do Congresso Nacional que faz essa reavaliação em boa hora e, sobretudo, colocando à disposição dessa comissão a experiência e o conhecimento dos técnicos da Sudene, que sem dúvida alguma são pessoas altamente capacitadas a discutir o Nordeste, não apenas na questão do Finor, especificamente, mas o Nordeste como uma região que faz parte do contexto da economia do Brasil, o que precisa ajudar o Brasil a crescer. E que, também, tenha um ritmo de desenvolvimento crescente maior do que a média nacional, que é a maneira que temos de passarmos a contribuir cada vez mais para isso aí.

Muito obrigado a todos. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Mansueto de Lavor) — concedo a palavra ao Superintendente da Sudam, Dr. Alcyr Boris de Sousa Meira.

O SR. ALCYR BORIS DE SOUSA MEIRA — Srs. parlamentares aqui presentes, Srs. empresários, Sr^{as} e Srs, considerando-se a explanação que me antecedeu, do Superintendente da Sudene, verificamos que é importante que se ressalte, antes de qualquer outra observação, que o sistema de incentivos fiscais sofre profundas alterações em decorrência das peculiaridades regionais.

Problemas que existem no Nordeste e que estabeleceram determinadas condições de sistemática para a sua solução, geralmente, na sua maioria, não ocorre na região Amazônica. É fácil que se entenda isso porque, na realidade, são duas regiões distintas, com problemáticas diferentes, com situações geográficas, sociais e econômicas bastante diferentes.

É necessário que se entenda que muito embora os fundamentos gerais do sistema sejam os mesmos, temos que levar em consideração essas peculiaridades, sem o que estaríamos incorrendo em erro de soluções generalizadas que não serão boas nem para uma nem para outra região.

Podemos ver essas disparidades ocorrerem logo na primeira análise, no que diz respeito a Amazônia, na sua área territorial, na sua superfície com relação ao Nordeste. Nós dispomos de 61% do território nacional na Amazônia Legal. São exatamente 5 milhões, 217 mil, 423 quilômetros quadrados em que habita uma população de somente 17 milhões de habitantes, o que nos dá, realmente, um percentual muito exíguo de 11% da população nacional. Enquanto detemos 61% do território, temos esse território ocupado somente por 11% da população brasileira.

Realmente, significa que é uma outra condição diferente daquela do Nordeste. Se olharmos em termos físicos, essas disparidades ainda são mais crescentes porque detemos a maior floresta tropical do mundo, detemos a maior bacia hidrográfica do mundo, talvez a maior província mineral do mundo, com riquezas imensas incommensuráveis, enquanto que, realmente, nesses termos, o Nordeste também apresenta uma outra situação.

É preciso que se entenda que hoje não só o Brasil, mas acima de tudo, digamos, o universo inteiro, o nosso Planeta, hoje se depara numa situação inusitada da preocupação que felizmente venha a ocorrer com relação à preservação e conservação ambiental. Nós sabemos perfeitamente que no momento em que a nossa região detém essa preciosidade de acervo de recursos naturais, evidentemente que todos os interesses mundiais estão voltados para a Amazônia.

Também é fácil de entender que no momento em que as Nações do Primeiro Mundo que já consumiram as suas reservas naturais e, hoje, se voltam de uma maneira enfática, à definição de uma política de conservação e preservação ambiental, no resto do Planeta, estejam com suas armas apontadas para a Amazônia, fazendo com que venhamos a estabelecer uma política que, para nós, é suicida, de pura conservação e preservação ambiental.

Hoje estamos às vésperas da definição de uma grande polêmica em torno do desenvolvimento e preservação ambiental, que será realizada no Rio de Janeiro, no mês que vem, que traduzirá todo o cuidado que deveremos ter, antes de mais nada, para defender o processo de desenvolvimento, porque ele é fundamental para a nossa região. E, dentro desse desenvolvimento, evidentemente, devidamente racionalizado — eu até não gosto de usar a palavra desenvolvimento sustentado, que é um modismo — nós vamos estabelecer as condições ideais para que se possa promover o desenvolvimento da região, dentro dos padrões coerentes, racionais, de conservação ambiental. Façamos com que nossos programas, nossos projetos de desenvolvimento estejam devidamente compatibilizados com a conservação ambiental. Mas temos também a clareza perfeita de raciocínio de que não se poderá fazer o desenvolvimento da região Amazônica senão com a utilização dos seus recursos naturais renováveis e devemos ter muito cuidado com aqueles não renováveis.

Daí por que, o nosso plano de desenvolvimento estabelece em todos os seus programas e seus projetos dentro, enfaticamente, desse binômio de equilíbrio entre o desenvolvimento e o meio ambiente. Essa é a tônica do plano de desenvolvimento nacional.

Devemos levar em consideração que, as prioridades que se estabeleceram nesse plano de desenvolvimento, serão coerentes com esse enfoque que está sendo dado para o desenvolvimento regional. E, por conseguinte, verificamos que um dos pontos fundamentais da nova estratégia amazônica é, justamente, a falta de infra-estrutura na região.

Eu me questionava muito, quando iniciei o meu trabalho na Sudam, até que ponto não seria irresponsável da nossa parte estarmos aprovando os projetos empresariais através dos recursos e incentivos, sem que nós provéssemos esses projetos, primeiro, de um plano de desenvolvimento que viesse dar a plena noção, até onde estavam compatibilizados com a realidade regional e, também, pela ausência, quase que total, da infra-estrutura necessária e desejável para a sua implementação. E demos exemplos de projetos que, depois de implantados, não frutificaram — graças a Deus são poucos mas ocorreram — em grande parte porque não foram na sua avaliação considerada essa adequação à realidade do lugar em que ele se implantava, como também porque havia deficiência de infra-estrutura econômica para o seu suporte.

Temos plena consciência de que determinados projetos — e posso citar alguns deles, se necessário — foram implantados com o compromisso de se levar a energia elétrica para a sua alimentação e que, depois, não ocorreu. Projetos com compromissos formais, da Eletronorte, de levar depois as linhas de transmissão para a implementação dos projetos e, os projetos, depois de concluídos, não tiveram alimentação de energia, na porta, para poder funcionar.

Temos, também, exemplos, inclusive do Estado de Mato Grosso, a Organização Fundação Natureza, de projetos que, depois de implementados, não tiveram a rationalidade da

sua produção estabelecida porque, simplesmente, a produção não tinha como ser escoada por falta de estradas.

São erros que ocorreram e que não devem acontecer mais. Daí por que, no Plano de Desenvolvimento da Amazônia, foi estabelecido como prioridade maior o estabelecimento de uma infra-estrutura econômica, ou seja, energia, transporte e comunicação, que permitisse, a partir daí, que se promova a implantação de projetos de desenvolvimentos, devidamente respaldados por essa infra-estrutura. Sem o quê, nossos planos não nos levarão a lugar algum.

E, hoje, também, existe por parte do Governo Federal uma atitude e uma postura que considero realmente exemplar, de que não só ele deve assumir esses encargos da infra-estrutura econômica, mas deve, também, repassá-los com outras atividades, com um pouco, também, para a iniciativa privada.

E, hoje, não só o Governo está desestatizando os seus órgãos, está vendendo as suas estatais, está transferindo para a iniciativa privada parte dessa responsabilidade, como está, inclusive, permitindo a ela — iniciativa privada — que assuma gradativamente, também, a responsabilidade da geração da infra-estrutura básica econômica. Daí por que, hoje o Governo já permite que empresas se voltem à implementação de projetos de geração de energia elétrica, para a construção de rodovias e ferrovias, para a implantação de projetos de telecomunicações, porque considera que não é somente do Governo essa responsabilidade. Até, muito pelo contrário, ao Governo caberá, realmente, dentro de uma racionalidade de projetos, fazer com que se estabeleçam as diretrizes básicas de como se proceder o desenvolvimento nacional.

Ora, é fácil de entender que, para que isso tudo venha a ocorrer a fim de que não tenhamos um colapso logo de imediato e para que se promova com uma certa rapidez, com uma certa aceleração, a implementação dessa estrutura básica. Daí por que, foi estabelecido, então, como um dos instrumentos básicos para que se possa promover esse tipo de trabalho é a criação de um instrumento, que foi o Pin/Proterra, captando recursos do Imposto de Renda, voltando esses recursos para implementação de projetos governamentais de infra-estrutura básica. E também há essa intenção, já dentro do próprio sistema do Finam, de que se promova incentivos no sentido de que os empresários possam começar a implementar projetos infra-estruturais.

O Dr. Olacyr de Moraes teve, hoje de manhã, por ocasião da abertura, oportunidade de fazer a defesa do seu Projeto da Ferro Norte, que louvamos como um Projeto de grande importância para o progresso e desenvolvimento da região e que necessita realmente do amparo e dos cuidados do poder público para que possamos dar condições para que ele se estabeleça. E parece-me que um dos pontos de discussão muito grande que foi apresentado nas reivindicações é justamente aquele de reduzir ou até eliminar aqueles percentuais mínimos de participação dos sócios na composição de um projeto de iniciativa privada.

E somos sensíveis dentro da administração da Sudam a esse tipo de reivindicação.

De modo que no momento em que a Comissão Mista se reúne em São Paulo e abre a perspectiva de discussão para os empresários através de uma audiência pública, vejo que este realmente é um dos fóruns importantes para que esse debate ocorra, porque está se dando, talvez, pela primeira vez, a oportunidade de os empresários virem até os homens do Legislativo, que são justamente aqueles que

poderão fazer as modificações necessárias para atender a essas reivindicações. Porque a maioria das reivindicações que constam ao documento distribuído e aquelas que foram apresentadas pessoalmente pelos empresários dizem respeito a modificações da Lei nº 8.167. E modificação da lei faz-se no Congresso, pelos congressistas.

Então, parece-me que é realmente uma oportunidade invulgar a que temos neste momento exato. Eu diria que é um momento histórico, em que é possível os senhores empresários trazerem suas apreensões, suas solicitações, seus pleitos às pessoas certas, que poderão realmente resolvê-los, que são os senhores parlamentares. É o fórum exato para que isso ocorra. Porque, na realidade, compreendam que a Sudam, no caso do Finam, é um simples instrumento. Somos o quê? Somos um veículo de ligação entre empresários que desejam aplicar recursos numa região em desenvolvimento, no caso da região amazônica, e um grupo de empresários que desejam pegar esses recursos e transformá-los em projetos, em indústrias, em agricultura ou pecuária.

Esta é a finalidade. Fazemos uma interface entre empresários que trazem recursos e empresários que utilizam esses recursos.

E dentro dessa nossa finalidade poderemos agilizar aquilo que é competência da Sudam, no caso do regulamento interno do Finam, da Portaria nº 7.077. Teremos condições de analisar os aspectos que sejam decorrência de modificações desse instrumento e levar à consideração da SDR para que promovamos realmente essas alterações. Mas as alterações mais profundas, aquelas que são realmente mais chegadas às carências que a legislação ainda oferece, essas são de aspectos de modificação do decreto e da lei. Então, é competência realmente dos senhores legisladores.

Daí por que louvo a iniciativa da Comissão em promover esta reunião, em fazer essa audiência, porque somente através desse diálogo que vai se estabelecer a partir de agora é que será possível sensibilizar as pessoas adequadas a resolver o problema.

Esse é um ponto de fundamental importância. Antes de encerrar, uma vez que o importante nessa reunião é o debate que vai se travar a partir daí, são as reivindicações que vão aflorar e que poderão, a partir daí, ser discutidas e talvez solucionadas, quem sabe, gostaria de fazer algumas considerações ligeiras com relação à eficácia do sistema que já foi por demais colocado, que já foi por demais defendido. Eu acho que ninguém mais tem dúvida alguma de que realmente o Finam, como Finor, vem cumprindo a sua finalidade nas suas respectivas regiões.

Faria uma leitura rápida de um texto que distribuimos e que demonstra de uma maneira clara e inofensável essa eficiência, essa eficácia do sistema.

“Examinando-se o setor de atividade econômica incentivada na Amazônia constata-se que:

Primeiro, no segmento produtor de eletrodomésticos, entre as 20 maiores empresas do País, nove, isto é, quase a metade está na região Norte.

Segundo, do segmento brasileiro produtor de equipamentos para comunicações, entre as dez maiores empresas, uma está na região Norte.”

Entre as dez primeiras empresas em componentes eletrônicos, duas, por sinal as duas maiores, estão também na Amazônia.

Na produção de máquinas de escrever, entre as sete maiores, a região comparece com duas. E na aquisição de bicicletas

e triciclos, nas das quatro primeiras empresas localizam-se no Estado do Amazonas.

Entre as dez primeiras dos diversos ramos, está registrada a presença da região na fundição de alumínio não ferrosos, amianto e gesso, além de celulose.

E nós teríamos uma lista infidável de empresas com o mais absoluto êxito que se instalaram na Amazônia. Na área de frigorífico, por exemplo, temos grandes empresas nacionais, o que mais uma vez comprova sem dúvida alguma a eficácia e a eficiência do sistema.

Então, nós precisamos realmente melhorar, otimizar a legislação, otimizar os instrumentos que permitem uma maior agilização, para, com isso, alcançarmos de uma maneira mais efetiva o objetivo que nós desejamos, que é o desenvolvimento da região Amazônica.

Para encerrar, eu diria que há um problema que é o maior de todos que, solucionado, estaria solucionado tudo. É o problema de recursos.

Na realidade, verificamos que os recursos alocados para incentivos fiscais, seja na região Nordeste, seja na região Norte, são ínfimos, se comparados com a alocação de outros recursos para outras atividades. E, se nós colocarmos em conta a necessidade que essas regiões apresentam de projetos que promovam efetivamente o seu desenvolvimento, seria necessário dobrar, triplicar algumas vezes os recursos para que eles atendessem essas necessidades.

Mas ainda há algo mais grave. Mesmo os recursos, parcos como são, não estão chegando à mão dos empresários dentro da dimensão para a qual eles estão sendo captados.

Essa é uma das colocações feitas pelos empresários hoje e já tem sido feita anteriormente. Eu já levei pessoalmente a inquietação ao Sr. Ministro do Desenvolvimento Regional de que há uma necessidade imediata de que se promova a recuperação dos recursos que foram captados e até hoje não foram transferidos para os fundos. Isso é válido tanto para a Amazônia como para o Nordeste.

Esta é uma oportunidade invulgar neste fórum, porque não só teremos condições de aglutinar os interesses empresariais pelas expressões que estão presentes dos empresários nacionais, mas também — quem sabe? — fazer esta fórmula mágica de aglutiná-los com os Srs. Parlamentares. Assim, talvez, numa frente única possamos conquistar a retomada desses recursos que lamentavelmente não estão sendo transferidos.

Esse é o ponto crucial, o ponto fundamental. Todo o restante que se venha discutir aqui é importante, sem dúvida alguma, e serão complementações. Mas nada do que se discute e se acerte aqui será válido, se não houver recursos correspondentes para o respaldo das ações do desenvolvimento.

Então, o ideal seria nós pleitearmos e talvez fazermos uma grande campanha no sentido de aumentar o volume desses recursos. Já ficaríamos muito satisfeitos se conseguíssemos pelo menos resgatar aqueles a que temos direito.

Com essa consideração, dou por encerrado o meu depoimento.

O SR. PRESIDENTE (Mansueto de Lavor) — Depois de termos ouvido o depoimento dos Srs. Superintendentes da Sudam e da Sudene, vamos ouvir o Presidente do Banco do Nordeste do Brasil, Sr. Jorge Lins Freire.

O SR. JORGE LINS FREIRE — Sr. Presidente desta Comissão, Senador Mansueto de Lavor, Srs. Deputados José Múcio Monteiro e Célio Machado, companheiros de Governo, Srs. Membros da Mesa, minhas senhoras e meus senhores:

Somos, como sabem, o banco operador do sistema. Diria que a função básica do banco é ser o caixa do sistema.

Mas, o Banco do Nordeste, como é também o base, caracteriza-se por ser um banco regional e um banco regional de desenvolvimento.

Somos um banco misto, mas 83% das nossas operações são voltadas, a longo prazo, para a área do desenvolvimento. Então, há uma preocupação que transcende a posição de uma simples instituição financeira e que nos leva a um processo integrado, no caso do Nordeste, com a Sudene, a quem cabe o planejamento da região. É a de procurarmos estabelecer, através de estudo, uma sintonia de ação visando sobretudo àquele objetivo básico que é o desenvolvimento social.

Foi discutida aqui a melhoria dos índices. E nós os melhoramos realmente quantitativamente, como também melhoramos no Nordeste, pelos indicadores, qualitativamente os índices nossos em relação ao passado.

Mas é bem verdade, isso ocorreu numa velocidade que nos alige assim como a todo o País, porque é necessário que não se discuta o problema do incentivo sob o aspecto meramente de arrecadação ou de receita.

E aí o Congresso deu um exemplo na Constituição de 1988, ao tratar a questão regional e a diferenciação entre regiões no planejamento regional. Dentro da própria Constituição houve uma inovação em relação ao que não existia antes.

O exemplo está consolidando-se através desta comissão, que em audiência pública, vem discutindo o problema dos incentivos fiscais. E também o próprio Governo, a própria Câmara, o próprio Congresso tem uma comissão mista estudando o problema dos desníveis regionais.

Isso prova a existência da preocupação. E gratifica saber sobre essa preocupação de nós sairmos do quantitativo para olhar o aspecto qualitativo ou seja, só através de uma melhoria qualitativa dos indicadores sociais que saberemos se estamos tendo sucesso ou não, ou seja, não pelo volume do PIB ou do seu crescimento. É claro que são indicadores econômicos, que, pela dimensão do País, são importantes mas só a melhoria dos índices qualitativos vai dizer se estamos atingindo o desenvolvimento que esperamos, que é o objetivo deste Governo. E nós, como banco de desenvolvimento, temos que raciocinar nesse sentido.

Verificamos que estamos discutindo hoje Finam e Finor, uma preocupação cuja importância aqui ficou caracterizada. Todos os programas — conheço todos os que estudamos ou identificamos — tiveram problemas.

O incentivo existe de várias formas. Na formação do Parque Nacional Brasileiro, o BNDES desempenhou papel fundamental com recursos subsidiados, com incentivos, correção monetária prefixada. Foi um incentivo dado de maneira correta, e nós tivemos um resultado positivo. O que estamos vendo na comissão é a preocupação de, pela crítica, não interromper o processo. Já tivemos exemplos anteriores, o próprio Nordeste teve exemplos anteriores. Podemos citar o Projetur; O que há de turismo no Nordeste foi desenvolvido através desse fundo. E há outros programas agrícolas que deixaram resíduos positivos, melhorando a qualidade de vida da população.

Então, precisamos realmente é de aperfeiçoar o procedimento. E é extremamente oportuna esta discussão, que vai terminar no congresso, de uma reforma fiscal e tributária, que vai provavelmente alterar essas relações, sobretudo esse balanceamento de volume de recursos aqui caracterizado pelo

nosso companheiro superintendente como ponto única, principal: o da insuficiência desse recurso para atender já hoje a nossa necessidade.

Então, em uma reforma tributária que virá, todas as relações de captação estarão alteradas, e os volumes também. Então, a oportunidade de conhecer essas necessidades irá contribuir tremendamente para que se possa até — se for o caso — corrigir esse volume escasso de recursos, possibilitando, nas regiões mais pobres, dar aquele qualitativa que vai gerar a nossa tranquilidade social.

O Banco tem realmente duas fontes de recursos principais: Uma é o nosso fundo constitucional, que é a destribuição da receita constitucional, do IPI, do ICM que administramos e que dá um orçamento estimado em quatrocentos milhões de dólares, destinado ao setor privado e para empréstimo.

Temos o orçamento do Finor, dado pelo Dr. Alionaldo, pois somos os gestores financeiros, apenas os operadores de caixa de sistema. Na área de Fundo Constitucional, o famoso FNE do Nordeste, temos o papel de ser o gestor e o operador ao mesmo tempo, com responsabilidade inclusive do risco das operações nesse aspecto.

Só para dar um exemplo da importância de que representa esse incentivo de melhoria qualitativa da região, quero citar que, entre os 32 bancos — excluindo o Banco do Brasil, que é tratado à parte no ranking da Febrabar de aplicação no crédito rural — o Banco do Nordeste, que é um banco voltado exclusivamente para a região Nordeste, considerando o saldo do País todo na aplicação do crédito rural, é este mês, desde o mês passado — e a tendência é crescer — o maior banco de aplicação na área rural do País. Tem 17.71% dos recursos aplicados na área rural do País.

Isso é consequência realmente desses recursos constitucionais que nos permitem ter uma fonte permanente para gerar o desenvolvimento e o crescimento, e assim também deve ser na área do Finor. Nós não podemos quantificar e analisar simplesmente sob o aspecto de número de empresas beneficiadas, que foi de 2.000. Estão incluídas até grandes empresas, porque sabemos que, através da grande empresa, surge a oficina da pequena empresa, a média empresa intala-se para fornecer equipamento, dar a mão-de-obra paralela. Então, precisamos de crescimento da micro, pequena, média e grande empresa no processo integrado e atendendo todos os segmentos.

Temos o papel, como sabem, de depositário, recebemos o dinheiro direto do Tesouro. Achamos que é possível que o Tesouro prefira uma maior velocidade até direto no aspecto contábil. Recebendo esses recursos, promovemos também toda a parte de escrituração, hoje de debêntures, e a parte de leilão das ações da FINOR. Vamos fazer este ano seis leilões, a partir de julho, um por mês, começando em São Paulo em razão de ser época da publicação dos balanços das empresas, ainda mais agora que existe uma série de pendências judiciais, sobretudo aquelas de origem fiscal e tributária, sobretudo a Lei nº 8.200. Só iremos fazer a partir de julho por causa disso.

O Nordeste tem — e aí eu gostaria de dar dados relativos ao número que temos — mais de 250 acionistas do Finor, quotistas do Finor. São 250 mil cotas do Finor. E desejo completar alguns dados fornecidos pelo Dr. Alionaldo que reforçam a importância do incentivo do Finor para a região Nordeste.

Ele citou todos os dados de mão-de-obra e os econômicos. O número que o Dr. Alionaldo citou representa um terço

da mão-de-obra industrial empregada nas empresas incentivadas. Cinquenta e um por cento da produção industrial, também, é fornecida pela empresa incentivada.

Quanto ao problema da interiorização, 51% dos projetos da região também estão no interior, o que prova que, também, existe uma preocupação nesse sentido e que há uma interiorização na aplicação desses recursos.

Além disso, há o problema da integração e da importância que isso exerce em relação aos centros mais desenvolvidos, que são fornecedores de indústrias de bem de capital. Fizemos uma pesquisa junto à Sudene e descobrimos que, de todo o investimento feito nessas empresas incentivadas, 910 empresas, 42% das despesas de serviço vieram de fora da região Nordeste, 41% aqui da região Centro-Sul, da região de São Paulo, 32% das compras de matéria-prima vêm de outras regiões. Isso gera, inclusive, demanda e crescimento nas outras regiões pela exigência das aplicações, e 67% dos equipamentos, também, vieram de fora.

Isso prova que o crescimento da região e as aplicações feitas na região têm, realmente, um efeito multiplicador para fora da região Nordeste, contribuindo para o crescimento e para a criação de um mercado consumidor que é extremamente importante para as regiões.

Vimos aqui os aspectos operacionais e achamos que estamos num processo de debêntures, um processo novo, que é conhecido, mas que precisa ser aperfeiçoado. É um sistema que precisa ser aperfeiçoado. O banco está, como não poderia deixar de ser, está aberto a todas essas situações e à disposição não só para ouvir as sugestões mas também para ouvir aquelas críticas que possam ser úteis no sentido de melhorarmos e de darmos maior velocidade à nossa ação de apoio de agente financeiro.

Gostaria de esclarecer, ou melhor, ressaltar o ponto do recurso ou da correção do recurso a que o Dr. Alionaldo se referiu. Existem dois tipos de correção que acho o empresário solicita correção do orçamento dirigida ao Ministro, que o Dr. Alionaldo se referiu, até o dinheiro, ou a sua carta. Seria dizer: está à disposição para receber o dinheiro no caixa do banco e a data entre essa autorização e quando o banco a coloca à disposição a verba por qualquer processo de retardamento de registro, de remissão de debêntures ou mesmo por falta de documentação.

O banco, quando recebe a carta da Sudene, não retira o dinheiro da conta Finor. Só retiramos o dinheiro da conta Finor na hora que ele é realmente sacado.

Então, se o empresário leva trinta dias para receber o recurso, ele o recebe pelo valor histórico. O banco não ganha essa remuneração como se tivesse um depósito à vista sem caixa. Essa remuneração é paga à conta Finor. Quer dizer, só 24 horas depois, na hora em que ele saca ou deposita na sua conta é que nós baixamos essa importância da conta Finor.

Então, ele pode não estar recebendo o rendimento desse atraso, mas a conta Finor está recebendo rendimento, e o banco remunera a conta Finor pela TRD diária.

Temos essa preocupação. Esse era um resultado que sempre demorava, mas o banco não tem nenhum ganho financeiro em cima disso, e não é nossa intenção que venha a ter. Isso reverte em benefício de todos os cotistas.

Quanto aos aspectos de, às vezes, haver uma burocratização que foi aqui citada, acho que é importante, ainda mais agora com o custo da debênture. Infelizmente, temos

alguns aspectos que são obrigados a irem para cartório e que temos procurado simplificar junto com o empresário, mas pela própria formação da debênture o CVM tem que ser obedecido sob os aspectos legais.

Estamos à disposição para aquilo que for necessário.

Aproveito a oportunidade para prestar nossos agradecimentos ao presidente da Comissão, Senador Mansueto, e agradecer, também, a chance de podermos aqui discutir o assunto e sairmos com aquela certeza de que esse é um instrumento extremamente importante de incentivo e que não se pensa em nenhum momento em extinguí-lo ou analisá-lo sob o aspecto quantitativo de perda de receita ou de renúncia fiscal, mas, sim, trata-se de um instrumento que deve ser aperfeiçoado e se possível até que venha a crescer no bojo de uma reforma tributária, tendo em vista os aspectos positivos, qualitativos, que ele pode trazer para a população das regiões menos desenvolvidas, para que se consiga reter aquele fluxo e criar uma mão-de-obra, criar um trabalho especializado naquela região, trazendo com isso um pouco mais de paz social. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Mansueto de Lavor) — Vamos ouvir agora a palavra do Dr. Luiz Lobão para encerrar essa série de intervenções. Ele é representante do Presidente do BASA, que está enfermo, mas é, também, o diretor de incentivos fiscais daquele Banco regional.

Tem a palavra V. S^a

O SR. LUIZ LOBÃO — Senador Mansueto de Lavor, Presidente da Comissão Mista de Incentivos Fiscais, Srs. Parlamentares, empresários, senhoras e senhores:

O Presidente do Banco pede desculpas, ele está hospitalizado e não pôde comparecer a reunião de tamanha importância.

O Banco da Amazônia, na área de incentivos, exerce o mesmo trabalho que exerce o BNB. Somos um banco operador do sistema e também um banco de desenvolvimento. Temos um trabalho muito próximo à Sudam, na parte de prospecção, de estudos de desenvolvimento. Temos certeza, como ficou claro aqui, foi dito várias vezes, que o sistema de incentivos fiscais é válido para a região. Como instrumento de política econômica é um dos mais importantes como indutor da redução de certas desigualdades, na alavancagem de recursos para a região, porque há uma contrapartida: cada recurso de incentivo tem que ter uma contrapartida de recursos próprios. Trouxe também muita inovação tecnológica aos projetos ligados à área. Acompanhou também um crescimento da receita tributária dos Estados; já está claro, certo, que é uma consequência também da aplicação desses incentivos fiscais na região. Então o sistema realmente funciona, talvez não seja o sistema ideal, mas funcionou, está funcionando, precisa de alguns ajustes.

Como banco operador, o que se nota de mais preocupante no sistema é o atraso com que os recursos chegam ao Banco e, consequentemente, à Superintendência para repasse às empresas. Para vocês terem uma idéia, os recursos de 92, apenas chegaram ao sistema na semana passada e nós já estamos praticamente concluindo o primeiro semestre.

Então, como banco operador, o que notamos no funcionamento do sistema? Notamos que existe, como foi citado, uma série de dificuldades que precisam ser superadas. A parte da CVM, que foi citada aqui. A CVM realmente é o registro. Nós no banco achamos que é necessário. A CVM é um elemento de muita importância no sistema. Mas para as pequenas empresas, o encargo, tanto da geração de documentos, que

são colocados depois ao público, quanto do custo que elas estão pagando, é caro. O que se teria que fazer é sentar com a CVM e ver como se faria isso para que a pequena empresa não pagasse o mesmo valor que paga uma grande empresa ou que o fluxo de documento fosse um pouco menor.

Há também outras dificuldades que nós notamos. O sistema prevê em alguns casos a obrigatoriedade de ações escriturais com direito de voto. Sabemos que um sistema de ações escritural custa caro. E às vezes essas empresas do sistema emitem não mais do que 20 ou 30 títulos jpor ano, o que não justificaria um sistema escritural em que se teria até que recorrer a uma instituição financeira para ter um sistema desse.

Outra dificuldade que notamos é que o sistema está muito fechado para a entrada de novos acionistas, prevendo apenas os casos em que há sucesso em três exercícios seguidos ou então os casos normais, quando é sucessão hereditária. Isso aí teria que acontecer normalmente. E cabe mais ao banco nesse sistema o recebimento desses recursos que são corrigidos pelo banco até a data da subscrição. Essa subscrição, no banco, tem sido rápida no nosso ponto de vista. Estamos liberando com 48 horas, 72 horas, a não ser quando há problemas relacionados a Diários Oficiais ou Juntas Comerciais, que têm às vezes, atrasado; e o problema, aí, foge da esfera da Sudam e do Basa. Temos tentado, até por orientação da casa, contornar com alguns documentos, tipo declaração de Diário Oficial, alguma coisa que pelo menos cumpra, supra um pouco aquela lacuna legal que o banco não tem como resolver.

Esses prazos têm sido rápidos, e liberamos através de um conjunto de agências. Esses títulos ficam em carteira do banco. O banco administra essa carteira recebendo direitos dos acionistas e agora, também, dos debenturistas. E como o sistema de incentivos fiscais é um sistema que começa no mercado e termina no mercado, ele começa como optante e vai terminar com a democratização desses papéis via leilões especiais; compete também ao banco, como banco operador, a realização desse tipo de leilão. Então, o ciclo fecha: esses títulos entram pela carteira do Fundo, são administrados, recebem esses benefícios, os direitos, e posteriormente o banco coloca esses títulos ao exame do público. Isso é feito com perfis, onde o banco dá indicadores econômicos, financeiros e jurídicos de três períodos. Isso é levado às bolsas de valores, o público investidor examina e em cima dos dados que estão ali é feita a troca dos títulos, saindo da carteira dos fundos para o público investidor.

Achamos que no âmbito operacional, na sistemática operacional, o sistema funciona a contento; precisa realmente desses ajustes e grande parte deles depende de alteração da legislação, da 8.167, talvez do Decreto-Lei nº 101, para que se torne mais dinâmico. E acrescentaria mais: hoje em dia o Fundo tem um patrimônio líquido de 252 bilhões de cruzeiros; esse é o patrimônio líquido do Finan. As nossas quotas diariamente são colocadas a público. Temos, hoje em dia, um valor patrimonial de 284.

Para o banco da Amazônia o sistema funciona. Isso já foi dito por vários expositores. É o elemento de política econômica mais importante que as regiões Norte e Nordeste têm; sem esses recursos a situação seria bem pior. Precisa de fazer alguns ajustes; o banco sempre está disposto. Sempre temos ouvido a classe empresarial, a Associação de Empresários da Amazônia, para que se faça os ajustes necessários. Temos até anotados alguns por sugestão do próprio banco. No mais, nós nos colocamos à disposição para os debates sobre a área, como o banco vê a parte operacional, o que o banco propõe

mudar e o que o banco está disposto a mudar, evidente que proposto pelos senhores.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mansueto de Lavor) — Muito obrigado ao representante do Basa. Muito obrigado ao Sr. Superintendente da Sudene, ao Sr. Superintendente da Sudam, ao Presidente do BNB e ao diretor de incentivos fiscais do BASA. Nós já ultrapassamos em 1 hora e 20 minutos, o nosso tempo e ainda temos um encontro como parte da programação. Mas não poderíamos deixar de, nos momentos finais desta importantíssima audiência pública da Comissão Mista de Incentivos Fiscais, facultar a palavra a qualquer um dos presentes que o desejasse. A relação deve ser respeitada; apenas pediríamos, dado o adiantado da hora, que fossem breves na intervenção, para não impedirmos outros compromissos dos participantes. O nosso prazer seria permanecer a tarde inteira aqui com os senhores nesse importantíssimo debate, mas logo após esta reunião temos um outro compromisso com os técnicos e superintendentes da Sudene, do BASA, do BNB e da Sudam, por isso pediríamos uma certa brevidade nessas intervenções. Teremos o maior prazer em conceder a palavra, nesses momentos finais a quem dela queira fazer uso.

Concedo a palavra ao Senador Beni Veras.

O SR. BENI VERAS — Senador Mansueto de Lavor, senhores membros da Mesa, senhores empresários:

É fato que o País vive uma desigualdade bastante evidente. O Nordeste, por exemplo, tem uma proporção, em relação ao Centro-Sul do País, que chega a 1/3 da renda de São Paulo. E que isso torna necessário que o País desenvolva políticas que tentem equalizar essa situação. Não convém ao País massas imensas de 40 milhões de habitantes, por exemplo, vivendo em condições muito inferiores à média da Nação, porque isso tem uma potencialidade desestabilizadora da nossa economia, da nossa situação política, econômica e social muito grande. Então, é necessário que se desenvolva políticas em cima disso.

O Finor e o Finam foram fundos gerados a partir de uma idéia-força que surgiu em 1958, quando se acreditou que era necessário desenvolver uma política de transferência de recursos do Centro-Sul para o Norte e Nordeste. Atribui-se, ou melhor espera-se do Finor e do Finam milagres que eles não têm alcance para cumprir. Finor, por exemplo, é um fundo que, em trinta e tantos anos, aplicou nove bilhões de dólares, segundo me parece. Não se pode, com 9 bilhões de dólares, em 32 anos, esperar que se transforme uma região de 40 milhões de habitantes. Eu creio que o Finor fez milagres com os poucos recursos que teve à mão. Se compararmos o que foi para o Nordeste, via Finor, com o que foi aplicado aqui no Centro-Sul do País na indústria automobilística, na petroquímica, na indústria siderúrgica, os números ficam completamente absurdos; pequenos valores para a região periférica para grandes valores aplicados aqui no Centro-Sul. E que o País também não teve a coragem de gerar políticas nacionais que incluíssem o Nordeste. V. Ex^es podem observar que todas as grandes políticas nacionais se efetivaram no Sudeste, não incluíram o Nordeste como fulcro de sua atuação. Naturalmente, isso tem que refletir e o que se vê hoje é o seguinte: o Finor é muito evidente, são nove bilhões de dólares que cobra do Nordeste. Não se cobra do restante do País o que retornou da região para o Centro-Sul, via sistema financeiro, via sistemas diversos que realmente fizeram com

que recursos bem maiores do que esses nove bilhões voltassem para cá.

Penso que isso precisa ser lembrado, para que não se tenha uma cobrança indevida e desproporcional em relação ao que se fez ou ao que se acredita se fez pela região.

Um outro exemplo que acho interessante também. O DNOCS, por exemplo, em noventa anos, gastou 4,5 bilhões de dólares e encaminhou, de maneira bastante interessante, um problema seriíssimo da região, que era o problema da falta d'água para a maioria das cidades da região; um minirecurso de quatro bilhões de dólares, em noventa anos, não significa nada.

Há também, nessa questão de aplicação de recursos no Nordeste, um aspecto que considero muito interessante. É que hoje se vê que se buscou com o Finor uma ação que mudasse a região, mas ele realmente não teve capacidade de impulso para transformar a Região Nordeste. Ele fez com que a Região Nordeste tivesse a sua situação um tanto evoluída, de tal modo que ela pudesse acompanhar o desenvolvimento do País, mas ele não teve capacidade de transformar a Região Nordeste como era necessário, porque a região sofre de problemas muito sérios no âmbito social, onde há uma diferença de renda enorme dentro da região; populações imensas sofrendo carencias muito grandes na área de educação e saúde que precisavam ser mudadas e que, o Finor não teve, com o seu volume insuficiente, capacidade de fazer essas modificações.

É, portanto, necessário que se coloque essa questão fortemente. O País precisa fazer um esforço transformador sobre a Região Nordeste, porque ela precisa mudar a sua estrutura social, política e econômica e isso só pode ser feito se tivermos valores suficientes para alavancar essas modificações. Os valores que foram para lá, até hoje não foram suficientes para isso.

Creio que hoje é essencial que se gere formas novas de encarar o problema da região. Essa idéia do Finor, que veio até agora, perdeu substância ao longo dos anos, e continua sendo algo aplicável. É necessário que se gere outras idéias capazes de realmente provocar essas modificações que são necessárias.

Teremos uma grande oportunidade, que não podemos deixar passar, agora na revisão constitucional de 1993; trabalhar sobre ela fortemente e gerar as idéias que possam, um nível institucional, tornar a relação do País com as regiões periféricas, uma relação realmente capaz de mudar as condições dessas regiões. Não podemos conviver, não podemos concordar com essa situação que o País vive hoje, um País com 40 milhões de marginalizados. Uma situação que não pode, realmente, permanecer ao longo do tempo. Acredito que, para que se mude isso, a forma tem que ser institucional, quer dizer, via legislação, e a oportunidade será a reforma constitucional de 1993.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mansueto de Lavor) — O Sr. Antônio Farah, da Fiep e da CIP.

O SR. ANTÔNIO FARAH — Centro das Indústrias do Estado do Pará e Federação das Indústrias do Estado do Pará. Sou um empresário.

Eu gostaria, apenas, de dar alguns esclarecimentos, algumas respostas a esses debates que aconteceram aqui. Primeiro, o Presidente Mário Amato sugeriu a transferência de equipamentos usados para o Norte e Nordeste, como incentivos. Eu, realmente, lamento dizer que não podemos concordar

com isso, quanto, hoje, o Brasil está procurando tecnologias novas, está procurando chegar ao primeiro mundo, está procurando, realmente, se modernizar para poder competir. Então, eu não posso sair daqui e levar isso como mensagem, como uma verdade, apesar de o nosso companheiro Mário Amato ter sugerido isso.

Nós, realmente, a Federação das Indústrias do Estado do Pará, não podemos aceitar uma condição dessa

Segundo, eu gostaria também de dizer, quanto ao problema dos arts 9º e 5º. Essa é uma polêmica que surgiu, e continua surgindo, em função de uma princípio — art. 18, hoje o 9º

Na realidade é muito difícil, hoje, poder desenvolver um projeto com três ou quatro acionistas. Antigamente, existiam as dificuldades de você manter todos os incentivos fiscais, a base do art. 18, a base do art. 9º. Mas, hoje, 30% dos recursos destinados ao art. 9º vão para o Fundão. Então, existe a possibilidade de se estudar, realmente, a modificação da lei, liberando os empresários do Centro-Sul que querem investir na Amazônia, com a participação mínima, simbólica até, sem prejudicar o Fundão. De qualquer maneira, no momento em que eles optarem pelo Finor ou pelo Finam, 30%, obrigatoriamente, vão para o Fundo. Mesmo aumentando de 30 para 35% essa participação, ainda seria válido para tirar o art. 9º dessa camisa-de-força que, realmente, está levando todos os projetos a uma situação imprevisível. Esperar dois ou três anos, uma empresa, acionista minha, para não dar lucro, para poder trocar. Realmente, é muito difícil na prática, que alguém ainda possa aceitar o risco muito grande, que todos nós empresários corremos.

Quanto ao problema de desenvolvimento social na área amazônica ou do Nordeste, onde o crescimento social não acompanhou o crescimento econômico, eu penso que isso não é privilégio nosso. Esse é um privilégio do Brasil inteiro. Infelizmente, nós temos, realmente, uma minoria privilegiada e uma maioria que não participou desse bolo, que todo mundo esperava crescer para dividir, realmente, isso não aconteceu. Não é privilégio nosso, do Norte e do Nordeste, a não-divisão do bolo; o Brasil inteiro está assim e eu acredito que o Norte e Nordeste está um pouco melhor do que o Sul.

Quanto ao problema da micro e pequenas empresas, eu gostaria de esclarecer que até há dois anos também existia esse problema. Todos os políticos, toda a sociedade pleiteava a participação de micro e pequenas empresas no processo de incentivos fiscais. Isso é uma realidade dos que não tinham esse acesso. Mas hoje, com o FNO, essa situação mudou totalmente. Hoje, o FNO oferece dinheiro a custos subsidados, inclusive 60%, 70% ou 80% da inflação, e 4% de juros ao ano. Então, existe, realmente, no Norte, Nordeste e Centro-Oeste recursos para atender os pequenos e microempresários. Eles não estão desamparados. Concordo que há dois ou três anos não existiam outras fontes. Mas, hoje, existe o FNO que é direcionado exclusivamente para as pequenas e médias empresas. Pelo que sei, na Basa, 10% no máximo do FNO podem ser emprestados a grandes projetos, e 90%, obrigatoriamente, são para pequenos e microempresários.

E, por último, eu gostaria de separar a Amazônia, que não é única, como no Nordeste não é um Nordeste só. Na Amazônia nós temos, realmente, a Amazônia ocidental. Esse é o registro que deixo para a Comissão, porque se querem a participação do investidor no sistema, o sistema tem que ser justo para todos. Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Mansueto de Lavor) — O nosso tempo está mais do que estourado, mas dou mais um minuto

ao Dr. Elionaldo ou ao Dr. Meira, para esclarecer um pouco essa importantíssima questão levantada pelo Sr. Farah, isto é, a questão dos dividendos diferenciados que ele levanta aqui

O SR. ELIONALDO MAGALHÃES — Sr. Presidente, enquanto ele fazia a exposição, eu estava comentando com o presidente do BNB que esse é um problema seriíssimo ao qual atribuímos a maior importância, que deve ter um estudo aprofundado, porque não há nada que justifique na prática esse tipo de procedimento. Sem nenhuma dúvida é decisiva aqui a participação dos bancos BNB e Basa, mas acho que essa é a oportunidade de resolvemos em definitivo esse problema.

O SR. ALCYR BORIS DE SOUZA MEIRA — Com relação à Sudam, em posso esclarecer, já conversamos com o representante do Banco da Amazônia, identifica-se que há uma total ilegalidade nesse ato. Acredito que é necessário que se tome uma providência imediata.

O SR. PRESIDENTE (Mansueto de Lavor) — Com a palavra o representante do Basa.

O SR. LUIZ LOBÃO — No caso do BASA, todas as empresas que têm recursos do Finan são obrigadas a ter no estatuto que a ação que o Finan subscreve é uma ação com participação integral nos resultados, não podendo qualquer tipo de ação receber benefícios maiores do que receba as do Finan. É uma ilegalidade que estão comentando, os estatutos já prevêm isso: nenhuma ação pode ter benefício maior do que as ações do Finan, ou do Finor.

O SR. PRESIDENTE (Mansueto de Lavor) — Com a palavra o Sr. Antônio Moreno Neto, da Fama.

O SR. ANTONIO MORENO NETO — Eu pediria aos senhores membros da Comissão, se fosse possível, após concluir os estudos, realizarem uma nova audiência pública conosco, para verificarmos rapidamente os pontos abordados.

O SR. PRESIDENTE (MANSUETO DE LAVOR) — A audiência pública fora do Congresso Nacinoal tem uma série de critérios e de justificativas, mas as reuniões da Comissão, todas as terças-feiras, às 18 horas, são sempre públicas. Qualquer um poderá colocar lá as suas razões, as suas propostas. Aliás, tanto o Presidente desta Comissão como o Relator, estamos agradecendo todas as propostas e sugestões. O senhor sugeriria que a audiência pública fosse realizada onde? Hoje já me foi sugerido uma em Belém do Pará. Precisamos realmente ir à Amazônia: alguns representantes da Comissão estarão na próxima reunião do Conselho Deliberativo da Sudam. E quanto à audiência pública fora do Congresso Nacional, ela tem critérios que dificultam outra realização. Talvez realizamos outra. Mas as reuniões são abertas, na sala 2 da Ala Senador Nilo Coelho, todas as terças-feiras, às 18 horas. No dia 26, estaremos ouvindo os governadores do Norte e do Nordeste, de acordo com critérios preestabelecidos.

A sugestão de V. S^a é muito importante, significa o desejo do empresariado de participar, de ter voz nesta Comissão; nós asseguramos essa participação, tanto que estamos com uma hora além do tempo regimental para dar essa oportunidade, V. Ex^a pode terminar a sua intervenção.

O SR. ANTÔNIO MORENO NETO — O segundo ponto é que ficamos um período, de novembro de 1990 até outubro de 1991, praticamente paralisados, sem as liberações de incen-

tivos. Pedimos a V. Ex^a, como Presidente da Comissão que, dentro do possível, viabilizasse rapidamente essas decisões da mudança do decreto, porque nós estamos quase chegando em junho e de repente precisaríamos do recurso até o final do ano, o que poderia nos trazer alguns problemas e não conseguirmos dar continuidade aos nossos projetos. Como empresário, pedimos a V. Ex^a, a maior urgência na análise desses pleitos.

O SR. PRESIDENTE (Mansueto de Lavor) — Muito obrigado. Dentro das atribuições da Comissão, faremos o possível.

Com a palavra o Dr. Roberto Paranhos, para encerrar.

O SR. ROBERTO PÁRANHOS — Quero, em primeiro lugar, ressaltar e agradecer a importância de o Senador Mansueto de Lavor estar aqui, com o Deputado José Múcio Monteiro, com o Deputado Sérgio Machado, enfim, toda a Comissão, o que é fato histórico, ou seja, estão juntos o Legislativo, o Executivo e as forças que realmente atuam para o desenvolvimento regional. Nós somos de fato defensores de que haja mecanismos para esse desenvolvimento e a melhor maneira é com estímulos; chamem como quiserem, mas levem atividades para aquelas regiões.

E gostaria de pedir em resumo, para o próprio Ministro Ângelo Calmon, que os senhores como parlamentares nos ajudem, agilizando para que os recursos cheguem aos projetos. Sem recursos, nada acontece. O ano passado, nós ficamos de janeiro a outubro sem receber um tostão, porque houve uma mudança na legislação, seja Norte ou Nordeste; este ano, estamos em maio e não aconteceu praticamente nenhuma liberação. O mais importante, e o próprio Ministro colocou que está revendo as liberações, é que aceleremos esse processo.

Em segundo lugar, eu quero renovar o nosso pleito, como o próprio Dr. Alcyr colocou, em relação à Amazônia, na questão da infra-estrutura; acho que isso vale também para o Nordeste, mas para nós, ainda que busquemos juntos um novo modelo, se os recursos forem insuficientes, nós temos que ser criativos e encontrar novos recursos, seja por dívida externa, conversão de dívida externa, aceitação dos juros do serviço da dívida, o que for. Mas, nós temos urgência nesses projetos.

E por último, eu reño, como coloquei no Congresso, que para nós, no caso da Amazônia, é fundamental também que junto ao nosso Ministro Ângelo Calmon, não pude dizer isso antes, nós agilizemos o famoso plano que existe de zoneamento econômico, ecológico da Amazônia. Para o Brasil, esse é um instrumento necessário, mas para nós na Amazônia hoje está sendo pretexto para não trabalhar. Não temos regras claras, o próprio Ministro falou em regras claras, hoje. Então este é um instrumento fundamental, ainda que seja um plano provisório, mas que também se estabeleça aonde e o que se pode fazer em determinadas áreas. Ainda que depois, ao longo do tempo, se tenha visões mais claras. Mas nos pôlos que nós já atuamos o mais importante é que eles sejam consolidados. Muito obrigado pela oportunidade. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Mansueto de Lavor) — Muito obrigado, Dr. Roberto Paranhos.

O SR. CARLOS ANTONIO GARCIA — Sr. Presidente, um minuto só por favor. Sou vice-Presidente da Federação das Indústrias do Estado de Mato Grosso e membro do Condel, representando as classes produtoras no Condel.

Gostaria primeiramente de parabenizá-lo, Senador, pela brilhante reunião e fazer um convite, em nome da Federação

das Indústrias do Estado de Mato Grosso, para que no próximo dia 29 de maio esta Comissão compareça à reunião do Condel, que será realizada em Cuiabá, Mato Grosso, para ali tomar conhecimento da realidade de Mato Grosso, da modificação que houve através da aplicação dos incentivos fiscais naquela região. O Mato Grosso, anteriormente aos incentivos fiscais, não existia no contexto econômico nacional. Hoje, depois da entrada dos incentivos fiscais, Mato Grosso desponta como o grande celeiro do nosso País. A nossa indústria, principalmente a nossa agroindústria, está crescendo cada vez mais, justamente beneficiada por esses incentivos fiscais.

Então, fica aqui o convite para que V. Ex^a e toda a Comissão compareçam à reunião.

O SR. PRESIDENTE (Mansueto de Lavor) — Muito obrigado ao representante dos empresários do Mato Grosso; o seu pedido fica registrado. Na medida do possível, estaremos lá no dia 29, aliás já havíamos falado com o Dr. Meira acerca dessa nossa presença na próxima reunião do Condel.

O SR. CARLOS ANTONIO GARCIA — Eu gostaria de dizer que a Região Amazônica não é uma região problema e sim uma região de solução. Todos os incentivos aplicados na Amazônia voltam em termos de solução para o País.

O SR. PRESIDENTE (Mansueto de Lavor) — Meus senhores, minhas senhoras, creio que atingimos os objetivos que nos trouxeram aqui a este recinto e a São Paulo, o coração financeiro e econômico do País. Creio sinceramente que esta reunião vai contribuir de modo decisivo para as propostas do eminente Relator, Deputado José Múcio. Quero agradecer ao Sr. Superintendente da Sudene, Dr. Elionaldo Guimarães e a sua equipe, equipe essa que vai trabalhar hoje, logo após a reunião desta Comissão.

Agradeço também ao Sr. Superintendente da Sudam, Dr. Alcyr Meira, e a sua equipe, que vai continuar conosco ainda por mais alguns instantes numa reunião mais restrita. Agradeço ao Sr. Presidente do Banco do Nordeste do Brasil, Dr. Jorge Lins Freire, e ao Sr. Diretor de Incentivos do Basa

Temos trabalhado estreitamente, no decorrer desta Comissão, com esses representantes de Bancos regionais. Desse estreitamento de trabalho, nessa luta conjunta, temos feito descobertas extraordinárias. Destaco, aqui, o apoio na parte de infra-estrutura que nos foi oferecido pelo Dr. Roberto Paranhos, Presidente da Associação dos Empresários da Amazônia e, em outras regiões do Nordeste, o Dr. Sávio, o Presidente da Apene e tantos outros. O empresariado demonstrou aqui o seu amadurecimento, a sua responsabilidade e a sua consciência de que é preciso aperfeiçoar esses instrumentos, que são os incentivos fiscais, dentro desse contexto, desses objetivos a que se propõe esta Comissão Mista do Congresso Nacional.

Portanto, em nome dos meus companheiros, Senadores, Deputados, do Relator, do Vice-Presidente, Deputado Sérgio Machado, e de todos os componentes desta Comissão, agradecemos os depoimentos.

Em cada encontro descobrimos coisas novas, como a que foi levantada aqui pelo digno representante da empresa Marisa, considerada uma verdadeira ilegalidade que se vinha praticando na questão dos dividendos diferenciados. Isso é fundamental. Só isso já justificaria audiências como esta porque vamos, a cada dia, descobrindo novos aspectos visando ao aperfeiçoamento.

Antes de terminar, eu queria convidar a todos para a reunião do próximo dia 26, que vai, excepcionalmente, ser

realizada às 15 horas, de acordo com a agenda dos Srs. Governadores. Então, no dia 26, na Sala nº 2, Ala Senador Nilo Coelho, no Senado Federal, será realizada uma audiência com quatro Governadores: dois do Nordeste e dois da Região Norte.

Para não me alongar mais, o meu muito obrigado a todos.

Parabéns pelas intervenções e contribuições que trouxeram aqui.

Até outra oportunidade. (Palmas.) Com a Zona Franca, com as suas leis, com suas vantagens. O Pará, praticamente, ficou órfão nessa situação. Nossa problema no Pará não é implantação de indústria. O nosso problema no Pará é custo.

Hoje, somos obrigados a concorrer com os projetos implantados na Zona Franca, vendendo para o Estado do Pará com isenção de impostos e com crédito. Quando vendemos lá, vendemos com 17% de ICM, mais o IPI.

Então, realmente, existem problemas regionais e inter-regionais que têm que ser equacionados nesse problema de desenvolvimento. Além de problemas locais e regionais, somos obrigados a enfrentar, de igual para igual, as grandes indústrias aqui no centro-sul. Para se ter uma idéia, hoje não temos nenhuma vantagem diferencial de custo, seja de custo de dinheiro ou incentivos ou impostos para enfrentar os grandes projetos existentes no Sul.

Uma empresa montada em Belém do Pará que produz mil unidades tem que concorrer de igual para igual com uma empresa estabelecida aqui no Sul que produz dez mil, porque ela tem um mercado para 40 ou 50 milhões de habitantes, e lá só temos mercado para 5 ou 6 milhões de pessoas, além do problema do baixo poder aquisitivo.

A respeito dessas diferenças regionais, eu me colocaria à disposição dos Srs. Congressistas para trazer dados concretos, números, para mostrar aos senhores porque, realmente, os incentivos fiscais não são favor nenhum. O empresário do Pará não precisa de bengala. Somos capazes. Mesmo com todas as dificuldades, estamos levando nossas empresas onde queremos, para produzir para o bem-estar do Amazonas.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Mansueto de Lavor) — A Mesa da Comissão Mista agradece todas as informações e dados que possam ser fornecidos pelo ilustre representante da Federação das Indústrias do Pará e do Centro de Indústrias do Pará, Sr. Antônio Farah. Agradecemos muito os dados que nos possam ser enviados.

O SR. (não identificado) — A colocação que fiz, Dr. Antônio Farah, foi no sentido de que não é que deixa de existir investimentos subsidiados na área do Norte e Nordeste para as pequenas empresas.

A colocação que fizemos é que nesse tipo de projeto, o art. 9º, especificamente, onde um pequeno empresário usa o seu incentivo fiscal para a sua própria empresa, é que está sendo distorcido por um excesso burocrático. Essa foi a conotação que dei. Linha de financiamento é outra história, subsídio é outra história; o que estamos discutindo aqui é incentivo fiscal, que foi a nossa conotação originária.

É verdade que de dois anos para cá houve esse incremento, mas o que entendemos aqui não é suficiente ainda, precisa ser incrementado, e muito.

O SR. PRESIDENTE (Mansueto de Lavor) — Vamos agradecer as intervenções e consultar o Sr. Carlos Rocha, da Associação Brasileira de Computadores, e o Sr. João Henrique de Mello, Diretor da Supra, se desejam usar da palavra.

O SR. JOÃO HENRIQUE VIEIRA DE MELLO — Sr. Presidente, Srs. Senadores, demais autoridades presentes, meu nome é João Henrique Vieira de Mello, da Supra Corretora de Valores.

Nós militamos nessa área há muito tempo, não só na parte negocial, mas também na parte de formação de conceitos. Vemos sempre que na parte conceitual, desde o início dos incentivos fiscais, houve uma deturpação muito grande. Estamos justamente agora, neste momento, tentando fazer novas considerações sobre incentivo fiscal, coisas que já tinham sido feitas várias vezes. Cada vez mais vemos que os investidores se afastam do centro de decisão. O que o Antônio Farah falou há pouco é importantíssimo. Parece-me que existem duas necessidades de incentivos: para os empresários locais e para os empresários que querem ter possibilidade de levar recursos de grupos definidos para a Região Nordeste os investimentos são muito grandes e não pode haver falta de recurso, como hoje. Essa camisa-de-força do art. 9º está apresentando, realmente, um grande problema para todos os empresários dessa área.

Estou perfeitamente de acordo com o Dr. Antônio Farah. A questão dos 30% preserva o fundo; se for uma questão de aumentar para 35%, também acho que é uma questão a ser discutida. Na realidade, esse seria um limite mínimo. Claro que todo investidor poderia colocar o incentivo 100% no Fundo, é uma questão de opção.

Mas, o resto do incentivo, sinceramente, está me parecendo que tem que ser livre, ou, então, o investidor não tem mais nada a ver com o sistema, o investidor é um corpo completamente estranho, é uma invenção jurídica e não tem praticamente nenhuma participação no sistema.

Sempre falei que se é para continuar assim, é melhor que comece a haver dotação orçamentária, e não mais incentivo fiscal para empresas do Sul.

O SR. PRESIDENTE (Mansueto de Lavor) — Com a palavra o Sr. Aloísio Mota, do Estado de Tocantins. Pedimos brevidade, porque o nosso tempo já está esgotado.

O SR. ALOÍSIO MOTA — Sr. Presidente, Mansueto de Lavor, Sr. Deputado José Múcio Monteiro, meu Superintendente Dr. Alcyr Meira, demais componentes da Mesa:

O assunto que venho trazer é exatamente o mesmo. É com relação ao art. 9º, porque ele prende as empresas de tal maneira que não terão solução de continuidade se continuarmos dessa forma.

A Constituição não obriga a que um acionista minoritário, como é o nosso caso, continue, nos anos subsequentes, aplicando no mesmo projeto.

E isso tem ocorrido. A rede Barateira de Supermercados, que foi acionista nossa em 1990, tinha interesse em montar os seus supermercados na região de Tocantins, Goiás e Brasília.

Em 1991, ela aplicou em outra indústria de biscoitos, em Mato Grosso, porque ela está lançando os seus tentáculos para a área de Mato Grosso, Rondônia e Acre.

E recebi a informação de que este ano ela vai aplicar os seus incentivos na M. Dias Branco, que é uma empresa de Fortaleza, porque ela tem também recursos da Sudene.

Então, o que nós vemos é que está sendo diminuído o universo de aplicadores.

Se tivermos 4 acionistas minoritários mais o grupo controlador, são cinco acionistas por projeto.

No caso da Sudam, em que temos cerca de 800 projetos, teríamos 4 mil investidores.

Mais 4 mil e 500 investidores sobre os 850 projetos da Sudene, temos um universo de 8.500 investidores, somente.

Se analisarmos que somente aqui na Avenida Paulista, temos mais de 50 mil investidores, todo esse dinheiro não está sendo carreado dessa forma.

Nesse sentido é que venho trazer um subsídio à Comissão Mista do Congresso, dizendo que a lei trava todo o sistema. O § 6º do art. 9º diz que "os investidores que se enquadram na hipótese deste artigo, deverão comprovar essa situação antecipadamente".

Esta palavra antecipadamente bloqueia todo o desenvolvimento do projeto.

Então, temos que ampliar o número de investidores, pois, como disse o Ministro Angelo Calmon de Sá, os recursos que existem no Fundão não dão para todos.

Então, solicitamos somente isso, que seja cancelado pura e simplesmente o § 6º do art. 9º, esse ponto é fundamental para o desenvolvimento, pelo menos dos pequenos e médios projetos que dependem de investidores minoritários, de fora.

Os grandes projetos, que têm os seus próprios recursos, talvez não sintam tanto isso. Mas os pequenos projetos, em muito pouco tempo, estarão totalmente paralisados se não houver essa modificação. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Mansueto de Lavor) — Muito obrigado. Quer dizer ao Dr. Aloísio Mota, representante dos empresários do Tocantins, que a Comissão registra esse seu pleito; não temos mais tempo para debater esse assunto agora com os superintendentes dos organismos regionais, mas vamos registrar, vamos nos debruçar sobre o art. 9º, principalmente

o § 6º e vamos procurar a solução mais adequada para a manutenção do sistema. Isso significa que esse pedido é registrado, ficará nos Anais da Comissão, assim como todas as manifestações, de empresários e dos companheiros da Comissão, que foram feitas aqui, e vamos nos debruçar sobre essas propostas. E vamos trabalhar em conjunto com os organismos regionais e com os bancos regionais.

Muito obrigado a V. Ex^a

Com a palavra o Sr. Meier Vayner.

O SR. MEIER VAYNER — Sr. Presidente, serei breve. Eu represento o grupo da Marisa Lojas e das Lojas Brasileiras. Somos um dos poucos investidores não compulsórios desse mercado. Investimos porque acreditamos no Nordeste, acreditamos no setor.

A nossa reclamação seria em relação à distribuição de dividendos, haja vista que participamos de vários projetos, e como retorno desses projetos tem sido muito difícil, temos problemas muito sérios em relação a algumas companhias que pagam dividendos completamente diferenciados dos seus controladores para os investidores do Finor.

Não entendo por que a diferença tão grande que chega até a 50 vezes mais. Será que o dividendo nosso é tão podre assim para o sistema?

Um outro problema é que existem algumas empresas, principalmente do pólo petroquímico, que tem investidores externos, estrangeiros, e que recebem dividendos muito acima dos dividendos dos acionistas brasileiros, nacionais.

N.B. por defeito de gravação, não foi possível a transcrição dos instantes finais da reunião. O Presidente encerrou a reunião agradecendo a participação de todos e enaltecendo a sua importância — Senador Mansueto de Lavor

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

PREÇO DE ASSINATURA

(Inclusas as despesas de correio via terrestre)

SEÇÃO I (Câmara dos Deputados)

Semestral Cr\$ 286.706,00 até 1º/11/92

SEÇÃO II (Senado Federal)

Semestral Cr\$ 286.706,00 até 1º/11/92

J. avulso Cr\$ 2.048,00 até 1º/11/92

Os pedidos devem ser acompanhados de cheque pagável em Brasília, Nota de Empenho ou Ordem de Pagamento pela Caixa Econômica Federal – Agência 1386 – PAB-CEGRAF, conta corrente nº 920001-2 e/ou pelo Banco do Brasil – Agência 0452-9 – CENTRAL, conta corrente nº 55560204/4, a favor do

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

Praça dos Três Poderes - Brasília - DF
CEP: 70160-900

Maiores informações pelos telefones (061) 311-3738 e 311-3728 na Supervisão de Assinaturas e Distribuição de Publicações - Coordenação de Atendimento ao Usuário.

**Centro Gráfico do Senado Federal
Caixa Postal 07/1203
Brasília — DF**

EDIÇÃO DE HOJE: 32 PÁGINAS